

Relatório
e Contas **2015**

 **MAPFRE** | SEGUROS

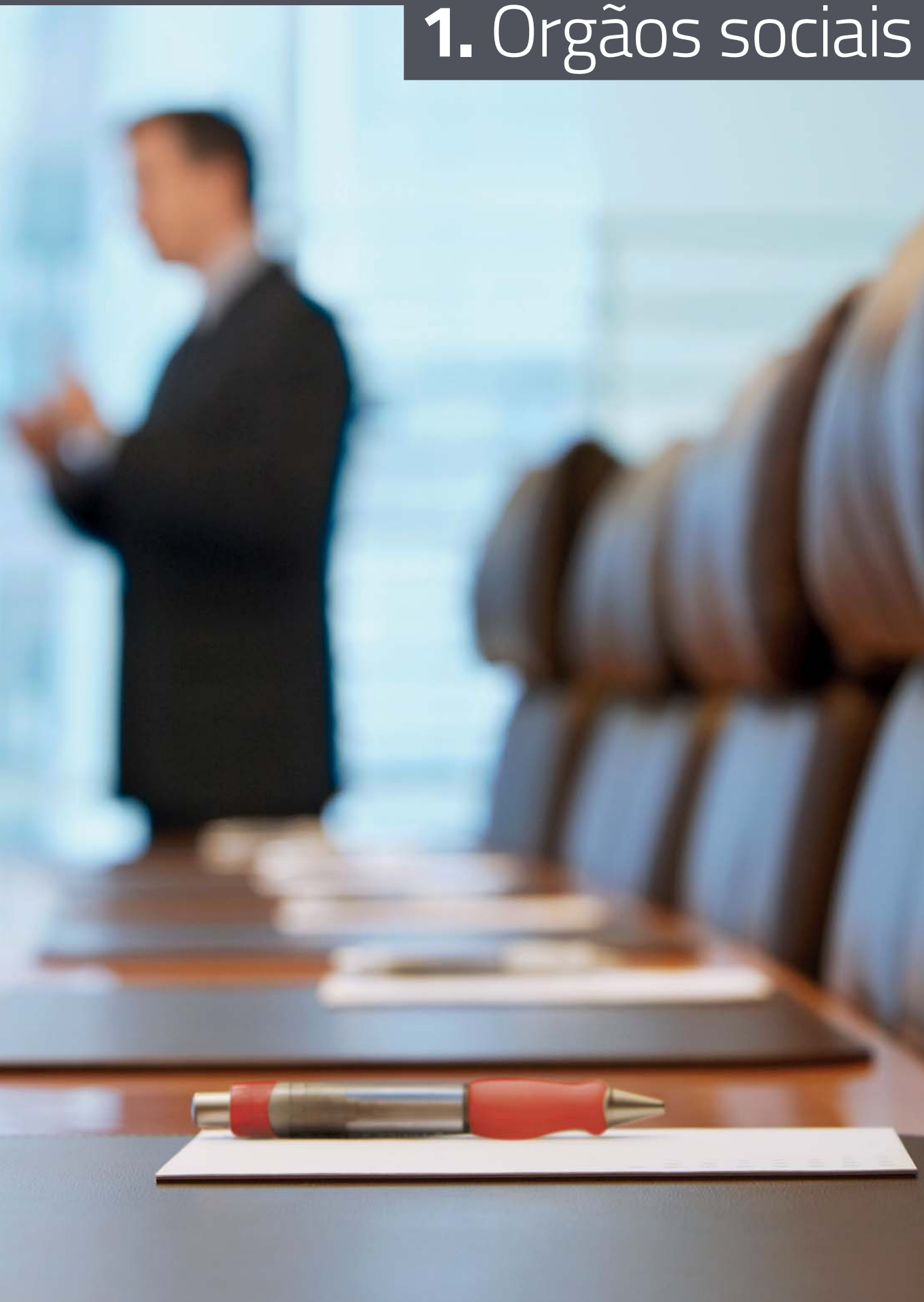
MAPFRE - SEGUROS GERAIS, S.A.

A SEGURADORA GLOBAL DE CONFIANÇA

Índice

1	ÓRGÃOS SOCIAIS	3
<hr/>		
2	RELATÓRIO DE GESTÃO	6
<hr/>		
3	CONTAS ANUAIS 2015	29
<hr/>		
4	NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	38
<hr/>		
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	133
<hr/>		

1. Órgãos sociais



Conselho de Administração (2015-2018)

PRESIDENTE (NÃO EXECUTIVO)

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

VICE-PRESIDENTE

José Manuel Inchausti Pérez

SECRETÁRIO

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

VOGAIS

António Manuel Cardoso Belo (e Administrador-Delegado)

António Luís de Azevedo Portela

Ignacio Baeza Gómez

Javier del Río Martín

José Luis Catalinas Calleja

José Luis Joló Marín

Juan Fernández Palacios

Miguel Pedro Caetano Ramos

Mesa da Assembleia Geral (2015-2018)

PRESIDENTE

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

SECRETÁRIO

António Manuel Cardoso Belo

Conselho Fiscal (2014-2016)

PRESIDENTE

José Vieira Bernardo

VOGAIS

Pedro Manuel Travassos de Carvalho
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

SUPLENTE

José Emílio Cordeiro Fernandes

Sociedade Revisora Oficial de Contas (2014-2016)

KPMG&ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., representada por:

Fernando Gustavo Duarte Antunes

SUPLENTE

Ana Cristina Soares Valente Dourado

2. Relatório de gestão



1. Conjuntura económica

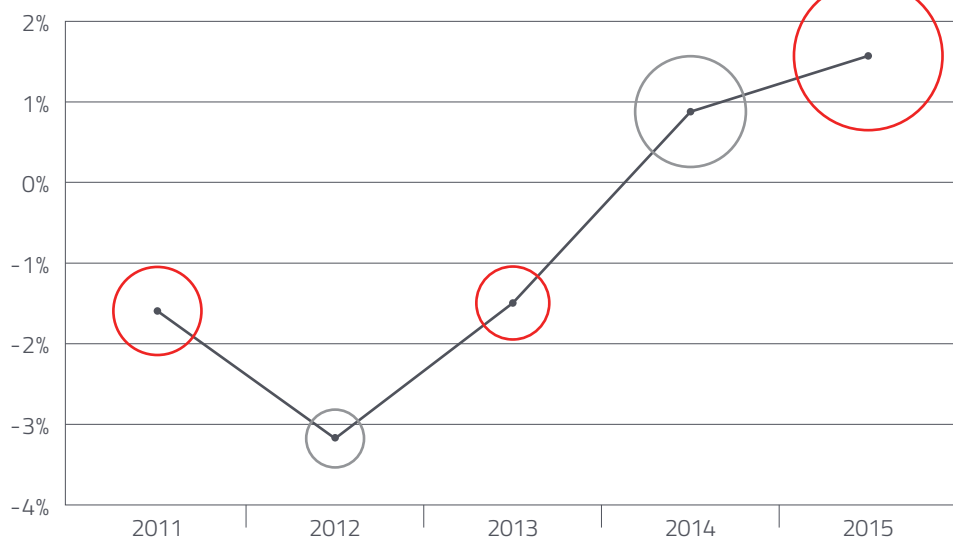
Em Portugal, o ano 2015 fica marcado por uma evolução positiva da generalidade das variáveis económicas ainda que continuem a pairar algumas ameaças sobre o conjunto da economia.

Suportada no crescimento das exportações, bem como do consumo privado, e beneficiando da queda acentuada da cotação do preço do petróleo que se tem verificado desde 2013, a evolução do PIB parece ter consolidado a tendência que tinha começado a desenhar-se no ano anterior, situando-se em terreno positivo.

Embora deva reconhecer-se que a taxa de crescimento alcançada $-1,6\%$ – revela uma certa debilidade e está ainda longe dos *standards* consensualmente aceites como mínimos representativos de um desenvolvimento económico robusto, tal evolução não pode deixar de ser assinalada positivamente tendo em conta o histórico de recessão nos anos mais recentes.

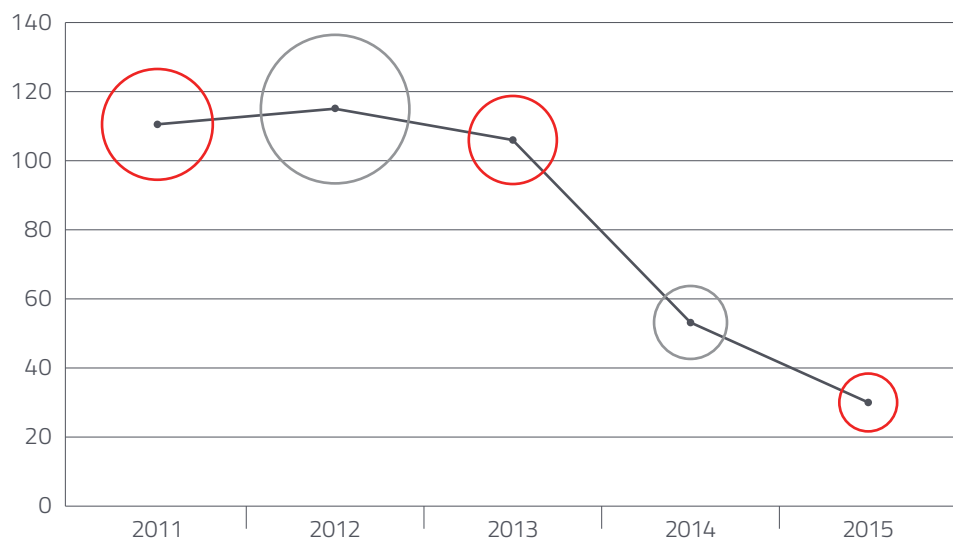
O ano 2015 voltou a colocar grandes desafios ao setor segurador, que se refletiram no comportamento das principais variáveis – vendas, sinistralidade e rendimentos financeiros – e, por consequência, nos resultados de exploração.

Gráfico 1 – TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico 2 – COTAÇÃO DO PETRÓLEO (USD)



Fonte: Investing.com

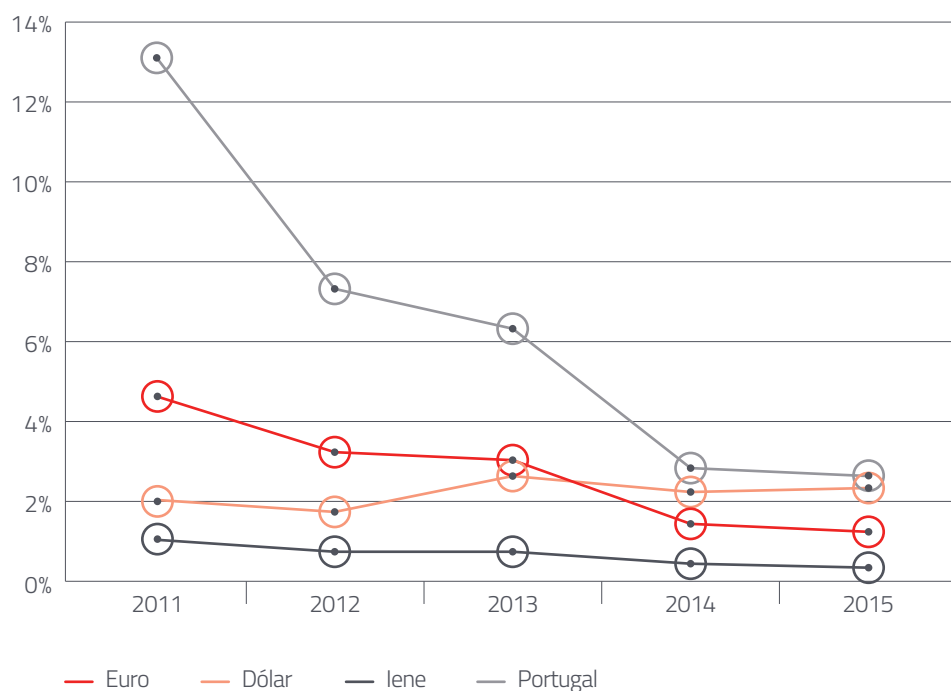
Por sua vez, o mercado de financiamento continuou a caracterizar-se por níveis historicamente baixos das taxas de juro, algo de que beneficiou o setor público, conseguindo captar fundos sem grandes dificuldades e em condições bastante mais atrativas do que no período pré-crise dos mercados, não obstante o nível da dívida continuar bastante elevado e serem evidentes as dificuldades de redução do *deficit* estrutural.

Mas este enquadramento também se constituiu num facilitador de financiamento do setor privado, concorrendo para impulsionar o crescimento do PIB, em especial por via do consumo, conforme já referenciado. Com efeito, os dados do Banco de Portugal revelam que apesar da taxa de variação do crédito concedido às empresas em 2015 ter sido negativa, tal variação foi muito menos acentuada que nos anos transatos, situando-se já ao nível de 2010 e muito perto de entrar em terreno positivo, ao passo que, por sua vez, o crédito ao consumo concedido às famílias apresentou mesmo um crescimento, algo que se verificou pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Já na vertente da poupança, o período prolongado de baixas taxas de juro tem funcionado como um desincentivo, contribuindo para a diminuição continuada da taxa de poupança das famílias, a qual, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), se situava em 4% no final do 3.º trimestre de 2015, a mais baixa desde 1999.

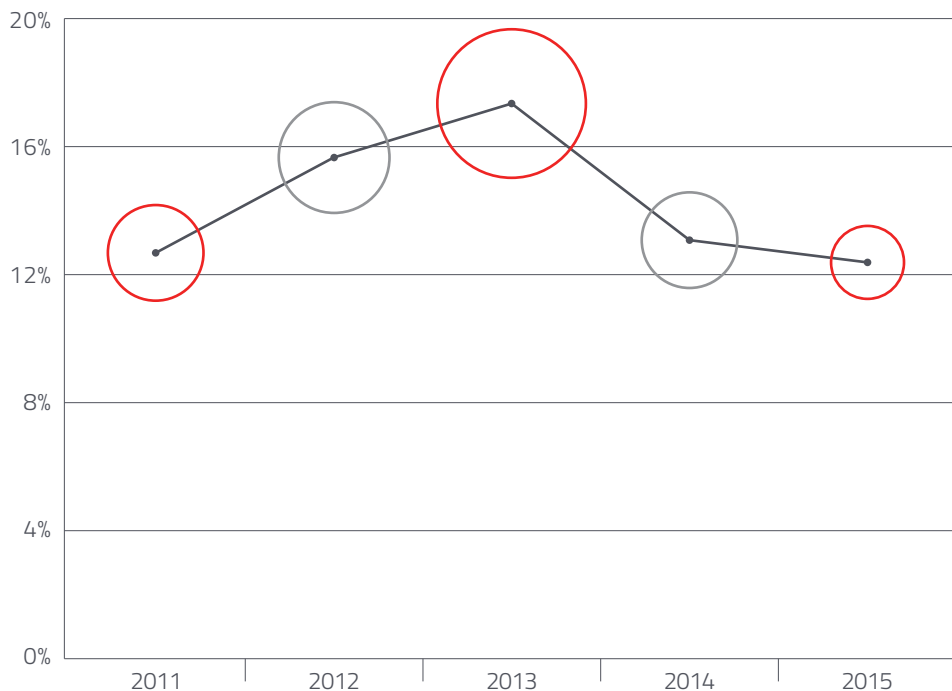
Funcionando simultaneamente como causa e efeito da melhoria do nível de confiança na economia, a taxa de desemprego continuou a seguir uma trajetória descendente, embora menos acentuada que no ano anterior, acabando por se situar nos 12,3%, cerca de cinco pontos abaixo do pico atingido há dois anos.

Gráfico 3 – TAXAS DE JURO DA DÍVIDA PÚBLICA A 10 ANOS



Fonte: APS

Gráfico 4 – TAXA DE DESEMPREGO



Fonte: Banco de Portugal

Cabe também fazer uma referência às vendas de veículos automóveis, outra variável típica na caracterização do ambiente económico, em relação à qual se verificou novamente uma recuperação, com um crescimento de 24% e um número de unidades vendidas já superior ao ano de 2011 facto que, naturalmente, se refletiu num aumento da circulação e do consumo de combustíveis.

Contudo, não obstante a melhoria da maior parte dos indicadores, o final do ano ficou ensombrado por dois novos acontecimentos associados a dificuldades do setor financeiro. Foram eles a resolução do BANIF e a transferência para o “banco mau” de algumas classes de obrigações emitidas pelo antigo BES que tinham sido inicialmente incluídas na esfera do Novo Banco.

Tais eventos voltaram a trazer para a ordem do dia uma eventual falta de solidez do sistema bancário português e constituíram uma ameaça à confiança dos diversos agentes económicos, nomeadamente os investidores, com efeitos diretos negativos na tão desejada e ainda incipiente recuperação da economia.

Por outro lado, o propalado abrandamento da economia mundial, em grande parte derivado do arrefecimento da economia chinesa, levou a uma queda muito acentuada das bolsas mundiais já no início do ano 2016, cujas ondas de choque se estenderam aos juros dos títulos da dívida soberana, especialmente fortes no caso concreto de Portugal onde, em associação com o elevado nível de endividamento já anteriormente referenciado e com o facto de se estar ainda a preparar o Orçamento do Estado para o ano 2016 em função das vicissitudes da conjuntura política, levaram a taxa de juro dos títulos a dez anos a superar os 4,5%, fazendo temer o regresso às dificuldades de financiamento do Estado.

É certo que o Banco Central Europeu ajudou a reduzir os juros da dívida reafirmando o seu compromisso de manutenção do programa de cedência de liquidez, e que, desse ponto de vista, tal programa tem-se revelado eficaz. Mas o mesmo já não será possível afirmar no que à dinamização da economia diz respeito, na medida em que os seus efeitos têm sido bastante limitados.

Assim, a economia em geral, tanto a portuguesa como a europeia e mesmo a mundial, encontra-se numa encruzilhada onde é difícil vislumbrar uma tendência bem definida, induzindo os agentes económicos a seguirem uma estratégia de *stop and go* que retira força ao ritmo de desenvolvimento da atividade, pelo que não surpreende que os diversos organismos avancem com previsões macroeconómicas relativamente modestas para o ano 2016.

Indicadores económicos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	-1,6	-3,2	-1,5	0,9	1,6	1,7
Consumo privado	-3,6	-5,5	-2,0	2,2	2,7	1,8
Consumo público	-3,2	-4,5	-1,5	-0,5	0,1	0,3
Investimento	-11,2	-14,4	-8,4	2,2	4,8	4,1
Exportações	7,3	4,1	5,9	2,6	5,3	3,3
Importações	-4,3	-6,9	2,7	6,3	7,3	3,6
Taxa de desemprego	12,7	15,7	17,4	13,1	12,3	11,3
Índice preços consumidor	3,6	2,8	0,5	-0,1	0,6	1,1
Deficit contas públicas	5,9	5,0	5,5	4,8	4,2	2,2
Taxa juro Euribor 6 meses	1,638	0,324	0,389	0,169	-0,041	n.d.

Fontes: Banco Portugal, INE, Ministério Finanças.
Dados em percentagem. Dados de 2015 e 2016 são estimativas.



2. Evolução da atividade seguradora

2.1. Contexto

O ano 2015, na senda dos anteriores, voltou a colocar grandes desafios ao setor segurador.

Como parte integrante da economia, esteve, como sempre, sujeito aos impactos da conjuntura, alguns deles positivos, outros nem tanto, que naturalmente se refletiram no comportamento das principais variáveis – vendas, sinistralidade e rendimentos financeiros – e, por consequência, nos resultados de exploração.

Por outro lado, e da mesma forma que no ano anterior, esteve sob influência de uma conjuntura específica da própria atividade, nomeadamente relacionada com os ajustamentos necessários à correção dos desequilíbrios de exploração do ramo de Acidentes de Trabalho e com a cada vez mais próxima entrada em vigor do novo quadro regulatório de solvência, conhecido como Solvência II, a qual exigiu não só a implementação de diversas medidas como também uma forte capacidade de adaptação.

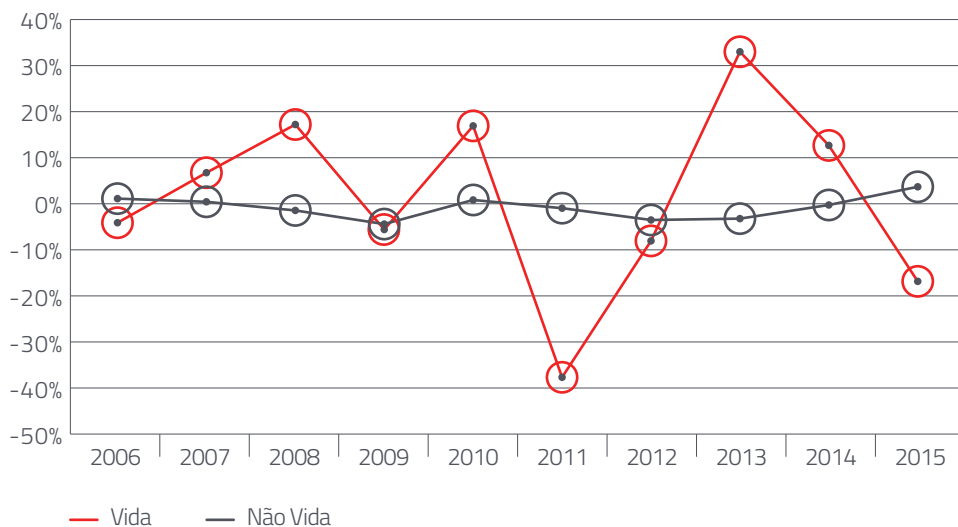
Além disso, são ainda de destacar os movimentos de concentração de mercado, decorrentes da venda de dois importantes operadores de mercado, em concreto a AXA e a Açoreana, no primeiro caso por decisão estratégica dos seus acionistas e no segundo em consequência da medida de resolução adotada pelo Banco de Portugal em relação ao BANIF.

Estas movimentações vieram juntar-se às alterações do quadro de acionistas ocorrida em anos anteriores na Fidelidade e na Tranquilidade, fazendo com que o mercado segurador apresente atualmente uma estrutura significativamente diferente da de há alguns anos a esta parte.

2.2. Vendas

No que respeita às vendas (entendidas como o somatório dos prémios de contratos de seguro e das entregas para apólices consideradas contabilisticamente como contratos de investimento), em função do contexto macroeconómico caracterizado anteriormente e desde uma perspetiva teórica, seriam expectáveis impactos potenciais de sentido oposto no volume de vendas no setor segurador, em concreto, positivos no caso dos ramos Não Vida e negativos no respeitante ao ramo Vida, o que acabou por realmente acontecer, segundo os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), conforme ilustra o gráfico 5.

Gráfico 5 – TAXA DE CRESCIMENTO NOMINAL DE VENDAS



Fonte: APS

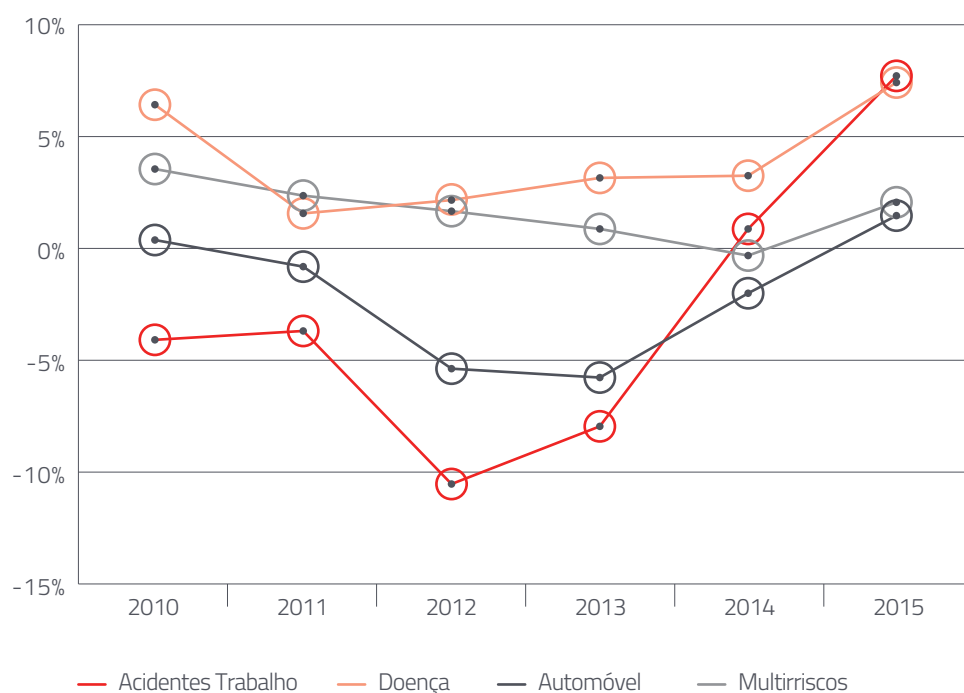
O segmento Não Vida apresentou um crescimento nominal de 3,8%, o maior dos últimos dez anos, comportamento este que estará essencialmente associado a três aspetos:

- A evolução favorável experimentada pelo PIB, com o qual o segmento Não Vida apresenta uma elevada correlação e que explica o crescimento verificado na generalidade dos ramos;
- A implementação de correções tarifárias no ramo de Acidentes de Trabalho, em resposta às necessidades de reequilíbrio de exploração deste ramo, amplamente referenciadas ao longo dos últimos anos, que suportaram um crescimento de 7,8%, o maior de entre os ramos que compõem o segmento;
- O crescimento de 7,5% no ramo de Doença, o qual acentuou mesmo a evolução positiva que vem apresentando recorrentemente, talvez pela consolidação da consciência social da necessidade de assegurar uma proteção complementar aos serviços públicos. Cabe notar que, fruto desse crescimento continuado ao longo dos anos, este ramo representa já 16% do total Não Vida, superior ao de Acidentes de Trabalho (14%) e muito próximo do conjunto dos ramos Multirriscos (17%).

O ramo Automóvel, que continua a ser o mais representativo com um peso de 37%, cresceu 1,7%, uma evolução moderada mas que inverteu a tendência negativa que se verificava há quatro anos consecutivos, muito provavelmente em consequência da subida do número de veículos comercializados e da interrupção do ciclo de degradação do prémio médio.

O conjunto dos ramos Multirriscos situou-se também em terreno positivo, apresentando um crescimento de 2,1% e recuperando do decréscimo que havia observado no ano anterior.

Gráfico 6 – TAXA DE CRESCIMENTO RAMOS NÃO VIDA



Fonte: APS

O segmento de Vida tem caracterizado a sua evolução ao longo do tempo por alguma inconsistência com fortes crescimentos em alguns anos seguidos de outros com decréscimos e vice-versa, conforme demonstra o gráfico 5.

Seguindo esse mesmo padrão, apresentou em 2015 um decréscimo de 17%, após ter crescido 33,5% em 2013 e 12,9% em 2014.

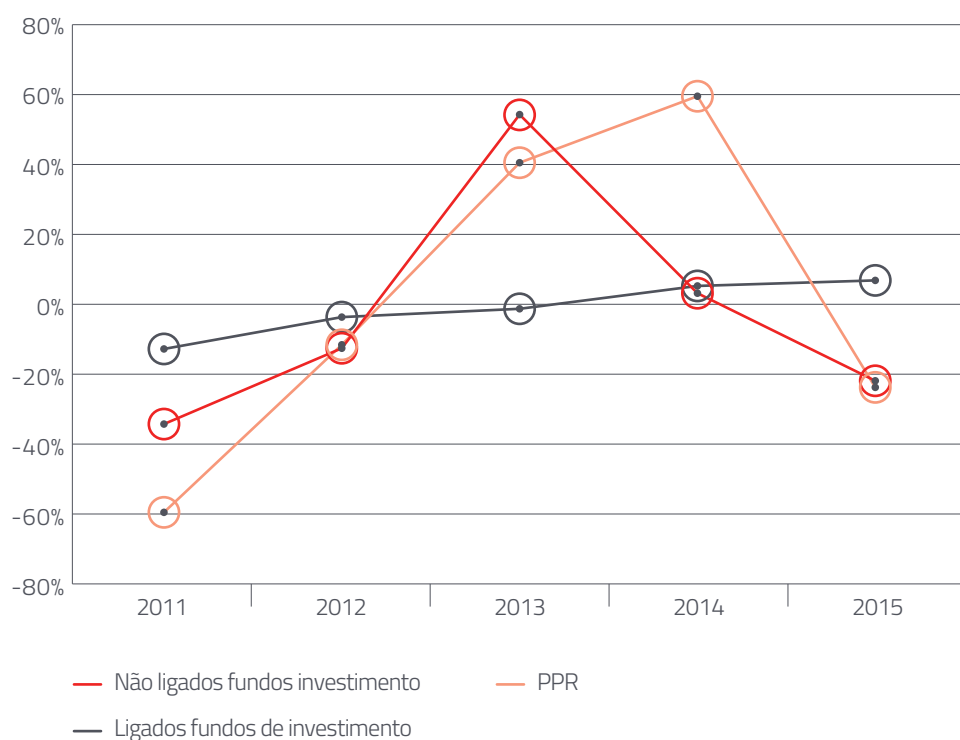
Este desempenho parece radicar em três razões fundamentais:

- O período prolongado de baixas taxas de juro e o desincentivo à poupança que atingiu mínimos históricos, tal como fizemos referência a propósito da conjuntura económica;
- O novo contexto regulatório de solvência, conhecido como Solvência II, especialmente exigente em relação aos riscos inerentes a produtos com garantias financeiras que induziram a maiores cautelas por parte das seguradoras na oferta de produtos desta índole;
- As especificidades decorrentes das opções estratégicas de alguns operadores de mercado no seio dos grupos financeiros a que pertencem.

Neste enquadramento, verificou-se uma queda muito acentuada nos PPR e nos seguros de poupança não ligados a fundos de investimento, em ambos os casos tipicamente comercializados com taxas de rendimento e capitais garantidos.

Já os seguros ligados a fundos de investimento, em que a sensibilidade ao nível das taxas de juro e as exigências decorrentes do regime de Solvência são bastante menores, apresentaram mesmo um crescimento de praticamente 7%.

Gráfico 7 – TAXA DE CRESCIMENTO VIDA

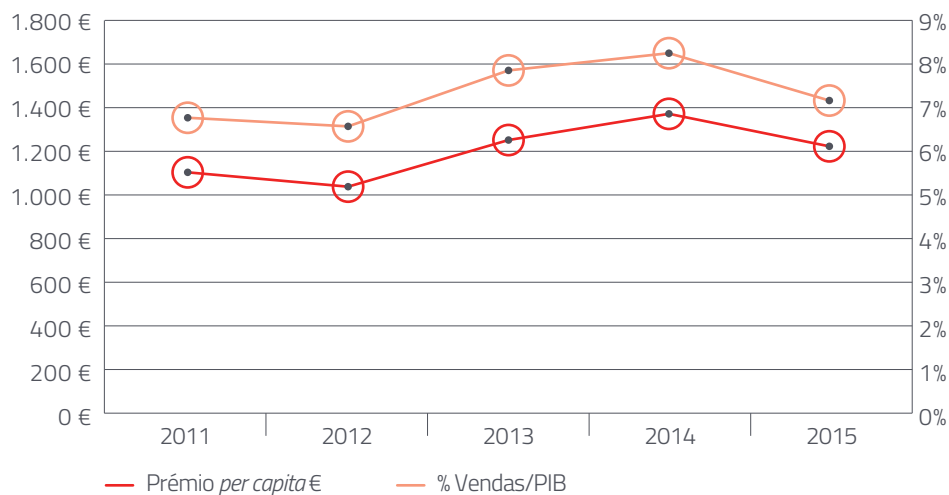


Fonte: APS

Da evolução descrita dos segmentos Não Vida e Vida resultou um saldo global negativo, com um decréscimo de 11,4%, uma vez que o comportamento mais favorável em Não Vida não foi suficiente para compensar a descida mais pronunciada em Vida.

O volume global de vendas desceu para os 12.664 milhões de euros, arrastando consigo um decréscimo no prémio por habitante e na taxa de penetração (medida através do rácio Vendas sobre PIB), os quais recuaram para níveis inferiores aos do ano 2013.

Gráfico 8 – INDICADORES DE VENDAS



Fonte: APS

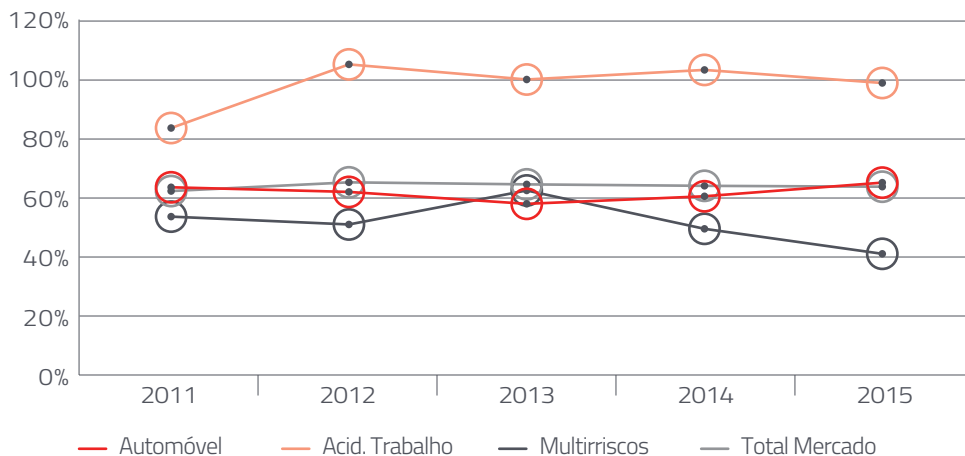
2.3. Sinistralidade

Segundo os dados disponibilizados pela APS, a sinistralidade Não Vida, medida a prémios emitidos brutos de resseguro, apresentou um decréscimo marginal de 0,3 pontos percentuais, contudo, uma análise mais detalhada por ramos revela que este comportamento não foi homogéneo entre eles.

Pelo lado positivo, regista-se o decréscimo de praticamente nove pontos percentuais em Multiriscos, que poderá ser explicado pela ausência de fenómenos climáticos extremos, enquanto no ramo de Acidentes de Trabalho houve uma redução de 4,5 pontos, certamente em resultado dos esforços das seguradoras no sentido de convergir para o equilíbrio técnico do ramo, embora deva reconhecer-se que a melhoria lograda está muito aquém do necessário para atingir tal objetivo pois o rácio continua a tocar os 100%.

A estas melhorias contrapõe-se a degradação no rácio do ramo Automóvel, que experimentou uma subida de quase cinco pontos percentuais para 65,3%, a percentagem mais alta dos últimos cinco anos, provavelmente consequência do aumento de circulação em função da melhoria da atividade económica.

Gráfico 9 – TAXA DE SINISTRALIDADE NÃO VIDA (S/ PRÉMIOS EMITIDOS)



Fonte: APS

Nota: Sinistralidade não inclui gastos por natureza imputados à função sinistros.

Importa deixar também uma referência à sinistralidade dos produtos de risco puro do ramo Vida, para notar que se quedou nos 30,6%, um nível bastante interessante e mesmo ligeiramente inferior ao ano anterior.

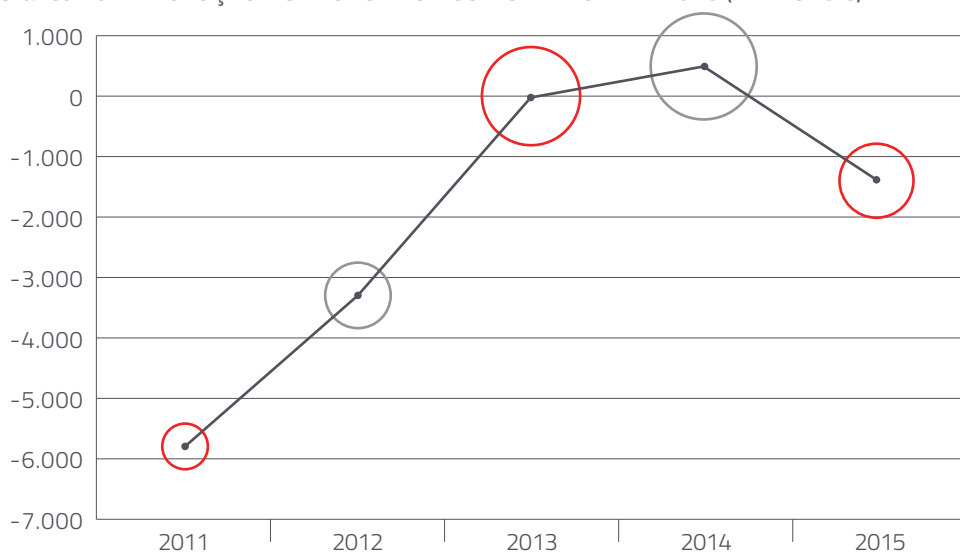
2.4. Fluxo técnico do ramo Vida

Após ter tocado mínimos no pico da crise económica ocorrida em 2011, a qual acarretou em simultâneo uma queda das vendas e um aumento dos resgates, o fluxo técnico encetou uma trajetória de recuperação, entrando mesmo em terreno positivo no ano 2014.

Porém, em 2015, voltou a uma tendência negativa, desta vez não tanto por influência dos resgates que até deverão ter diminuído em virtude do desincentivo exercido pela conjuntura de baixas taxas de juro, mas sim pela queda no volume de vendas que tivemos oportunidade de referenciar no ponto anterior.

Esta evolução negativa é sinónimo de uma redução da massa de provisões matemáticas sob gestão das seguradoras, as quais veem assim reduzido o potencial de geração de rendimentos no futuro.

Gráfico 10 – EVOLUÇÃO DO FLUXO TÉCNICO DO RAMO VIDA 2015 (MILHÕES €)



Fonte: APS

2.5. Investimentos financeiros

De acordo com os dados preliminares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a composição das carteiras de investimentos não sofreu alterações deveras significativas durante o ano 2015, continuando a verificar-se o predomínio dos títulos de rendimento fixo, desde há muito uma característica marcante dos investimentos do setor.

No segmento Não Vida assistiu-se a um pequeno aumento do peso dos títulos de rendimento fixo, de 54% em 2014 para 57% em 2015, compensado com ligeiras reduções em ações e fundos de investimento.

Já no caso de Vida, houve um movimento de sentido contrário, isto é, um pequeno decréscimo de títulos de rendimento fixo de 75% para 72%, compensado com um aumento em ações de 3% para 7% que, ainda assim, continuam a representar um valor residual das aplicações financeiras das seguradoras.

Não se dispõe ainda de dados setoriais referentes à rentabilidade obtida destes investimentos, mas é expectável uma redução dos rendimentos correntes em função do já amplamente aludido período prolongado de baixas taxas de juro, sendo possível que alguns operadores tenham aproveitado essa conjuntura para compensar tal redução através da realização de alguma parcela de mais-valias.

2.6. Resultados

Mais uma vez, de acordo com os dados preliminares divulgados pela ASF, estima-se que os resultados líquidos do setor tenham atingido os 378 milhões de euros.

A confirmar-se este valor, ele representa um aumento importante em relação a 2014, ano em que os resultados foram apenas marginalmente positivos. Contudo, significa que houve uma descida da rentabilidade na segunda metade do ano, tendo em conta que os dados da APS disponíveis no fecho do primeiro semestre apresentavam já nessa data um resultado superior a 400 milhões de euros.

Face ao comportamento da sinistralidade e à previsão em relação aos rendimentos financeiros correntes, comentados anteriormente, e não sendo expectável que tenha existido qualquer alteração significativa na estrutura de gastos das companhias, o aumento do resultado perspectivado poderá estar associado à realização de proveitos extraordinários, nomeadamente, mais-valias de investimentos.

2.7. Solvência

Já a propósito da evolução dos investimentos demos conta da predominância dos títulos de rendimento fixo nas carteiras das seguradoras.

Ora, o entorno de baixas taxas de juro, embora seja um constrangimento ao nível da rentabilidade financeira e da oferta de produtos de poupança, é uma fonte de geração de mais-valias potenciais, cuja grande parte acaba por afetar positivamente os balanços, em concreto os fundos próprios na rubrica de reservas de reavaliação.

Neste fator radicará muito provavelmente o crescimento de 32 pontos percentuais no rácio de solvência do conjunto das seguradoras que é apontado pela ASF, o qual se deverá situar em torno dos 238%.

Pese embora se estar perante uma evolução positiva, não deve ser ignorado o facto de a partir de 2016 entrar em vigor o novo regime Solvência II, muito mais exigente em termos de requisitos de capital, que poderá obrigar alguns operadores a aporções de reforço dos seus fundos próprios.

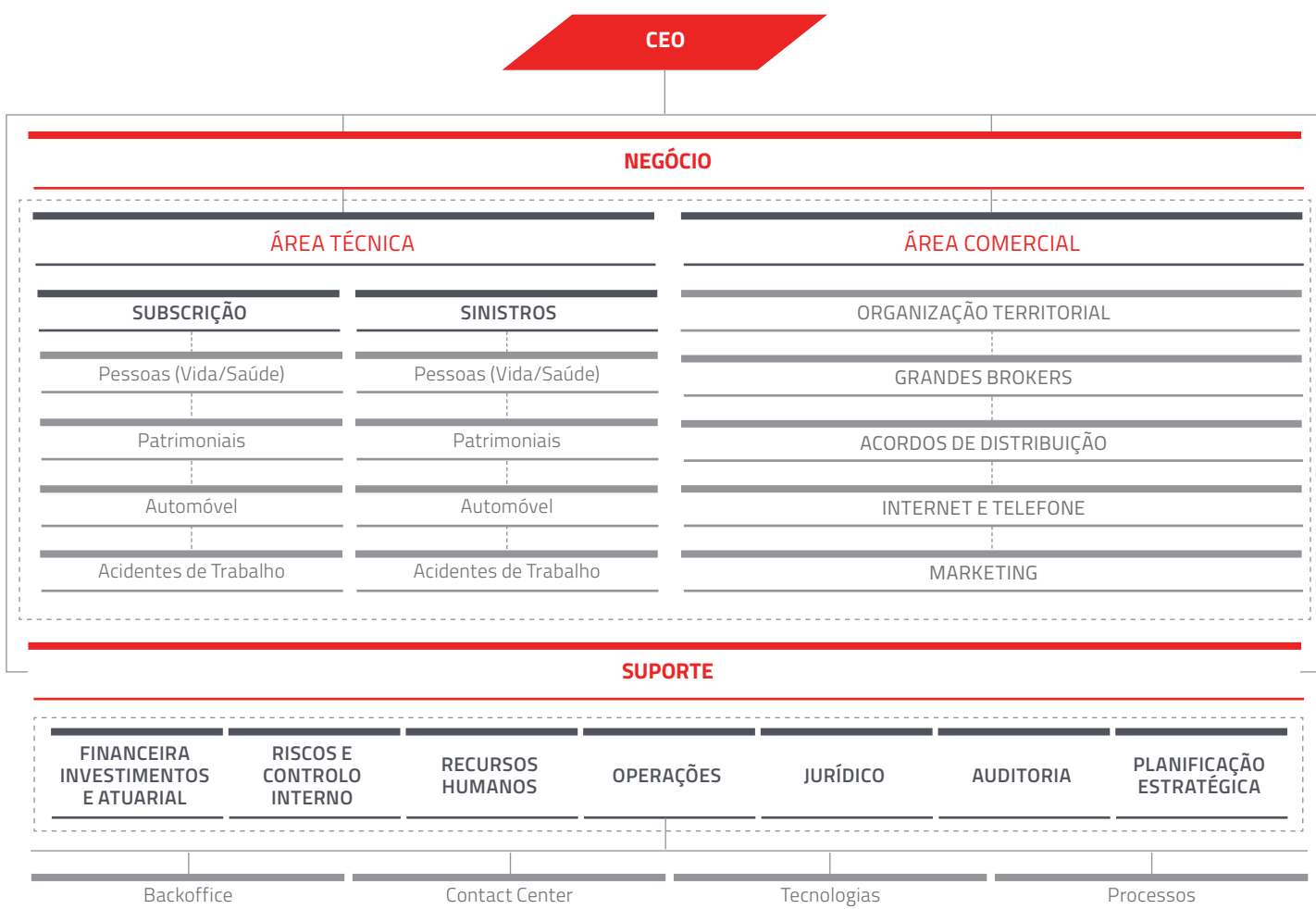
3. Atividade da MAPFRE

3.1. Organização e aspetos qualitativos

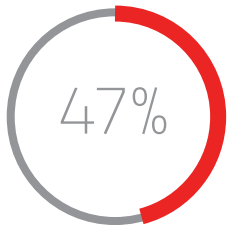
Desde há alguns anos, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, o desenvolvimento da atividade da MAPFRE tem seguido o princípio de dispor de uma estrutura organizacional comum aos segmentos de negócio Não Vida e Vida, apesar de para cada um existir uma sociedade juridicamente autónoma.

Em meados do ano, sem colocar em causa a manutenção desse princípio, entendeu-se introduzir um ajustamento a essa estrutura organizacional de forma a aumentar a eficiência global e a interligação entre as distintas áreas com o objetivo de conseguir uma maior consistência e eficácia perante a cada vez mais exigente realidade com que nos defrontamos diariamente.

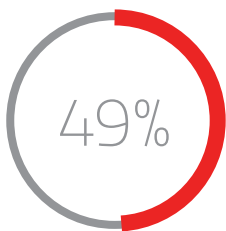
Assim, a nova estrutura organizacional passou a ser a seguinte:



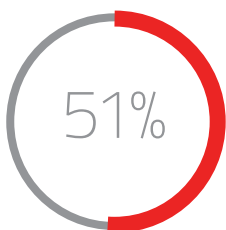
QUADRO DE COLABORADORES 257 PESSOAS



Grau acadêmico igual ou superior à licenciatura



Mulheres



Homens

A igualdade dos géneros tem vindo a ser potenciada ao longo dos anos

Para levar a cabo a atividade ao longo do ano a coberto desta estrutura, a MAPFRE contou com a dedicação e o empenho de um quadro de 257 colaboradores (menos cinco que no ano anterior), com uma idade média de 42,5 anos e razoavelmente experientes, como revelam os 13,5 anos de antiguidade média na empresa. Manteve-se um grande equilíbrio entre sexos, com os homens a representarem 51% e as mulheres 49%. Em relação à formação académica, apraz registar um aumento para 47% de empregados com grau superior (45% no ano anterior). Em termos de formação proporcionada pela empresa, foram despendidas quase 10.000 horas, o que representa uma média de 38,5 horas por empregado, mais uma vez um rácio elevado e demonstrativo da aposta no desenvolvimento do talento.

Com o impulso destas pessoas, levou-se a cabo um vasto e abrangente leque de iniciativas para implementação da estratégia definida, coordenada pela nova Área de Planeamento Estratégico, desde ações dirigidas tanto ao desenvolvimento comercial, como à sustentabilidade técnica, à eficiência operativa e à modernização tecnológica.

Do ponto de vista do desenvolvimento comercial, as ações focaram-se no incremento da quantidade e qualidade da rede de distribuição, mediante a prospeção de novos mediadores e acordos de distribuição especiais, a dinamização da rede já existente e a introdução de métodos e hábitos de trabalho capazes de alavancar a produtividade. Além disso, deram-se os primeiros passos na implementação de um plano de negócio específico e estruturado para o canal digital.

Na vertente técnica, a atuação decorreu orientada segundo duas vertentes: o ajustamento do portefólio de produtos às demandas dos clientes e a implementação de medidas tendentes a assegurar o equilíbrio de exploração. Em relação aos produtos, introduziram-se melhorias em vários deles por via da adição de novas coberturas e da redefinição de capitais seguros. Ainda nesta vertente, 2015 foi o ano de alguma consolidação do ramo de Doença, que tinha sido lançado no final de 2014. No que respeita ao equilíbrio de exploração, o foco dirigiu-se em especial para os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, os mais representativos da carteira, passando pelo estudo e início de implementação de medidas de subscrição de forma a torná-la mais rigorosa e seletiva. No caso concreto de Acidentes de Trabalho, pela sua particular situação deficitária, associaram-se mesmo alguns ajustamentos tarifários em resposta às recomendações que a ASF dirigiu a todo o mercado.

O *Marketing* passou a integrar a Área Comercial de forma a estreitar a sua relação com o negócio. Em termos de atividade, assegurou os estudos de mercado necessários ao conhecimento das preferências dos clientes e coordenou toda a estratégia de comunicação bem como as respetivas ações junto da rede de distribuição e dos meios institucionais. Além disso, deu um apoio especial ao desenvolvimento do canal digital, atentas as características particulares deste meio de distribuição.

Para uma maior integração e eficiência de processos, as operações foram agrupadas numa área única que passou a ser constituída pelo apoio de *Backoffice*, *Contact Center*, Tecnologias e Processos. Cada uma destas subáreas levou a cabo as suas atividades regulares de suporte, muitas vezes invisíveis mas indispensáveis ao funcionamento diário da companhia. Para além disso, foram dedicados esforços acrescidos ao próprio processo interno de integração e respetiva consolidação, no sentido de assegurar a melhor articulação possível e começar a desenhar processos com a máxima robustez.

No caso concreto de Tecnologias, no ano 2015 foram identificados 45 projetos dos quais se concluíram 19 (cerca de 42%), encontram-se ainda em curso sete (aproximadamente 16%), tendo transitado os restantes 19 para se iniciarem em 2016.

A Área Financeira, além de assegurar as tarefas regulares inerentes, esteve envolvida na reformulação do processo de geração e lançamento à cobrança dos recibos de prémio, com o objetivo de o tornar mais ágil e adaptado às reais necessidades do negócio. Por outro lado, esta área assumiu a integração da vertente atuarial, em cujo âmbito se incluiu, entre outras atribuições, a validação das provisões técnicas e o controlo da sua suficiência, bem como todo o cálculo técnico atuarial dos riscos inerentes ao Solvência II.

Em termos de gestão de risco, todas as áreas exerceram o seu papel de primeira linha de defesa, que foi complementado pela atuação da Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, bem como pela de Auditoria Interna.

A Gestão de Risco e Controlo Interno procurou assegurar a implementação transversal da cultura de gestão de riscos e responsabilizou-se pela adaptação à organização interna de todos os requisitos associados ao novo regime Solvência II. Nesse sentido, coordenou e participou ativamente na adoção e aprovação das políticas de atuação aos mais diversos âmbitos, na produção dos novos modelos de reporte ao supervisor (QRT), nos cálculos da fórmula *standard* e na avaliação prospetiva de riscos.

A Unidade de Auditoria Interna levou a cabo o seu plano independente de atividades, realizando 17 auditorias, das quais resultaram cinco recomendações de implementação classificadas com grau alto e 64 com grau médio. Reconhecendo o valor acrescentado destas recomendações, o grau de implementação tem sido elevado ano após ano, situando-se a percentagem acumulada ao final de 2015 em 78%.

A Área Jurídica, além do apoio especializado a todas as restantes áreas da Companhia, assegurou a função de *compliance*, assegurando as condições para o cumprimento adequado da governação.

Importa também deixar uma referência às atividades de cariz social que tradicionalmente são levadas a cabo no âmbito da Fundação MAPFRE. De entre as várias ações destacamos:

- A tradicional “Caravana de Educação Rodoviária”, através da qual se formaram e sensibilizaram centenas de crianças para as regras-chave de uma circulação segura;
- A campanha “Vai uma voltinha”, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, constituída por atividades de sensibilização *outdoor* sobre segurança rodoviária e utilização de transportes alternativos ao automóvel e que teve mais de 200.000 visualizações nas redes sociais;
- A campanha “Bebés, crianças e jovens” dirigida à correta utilização dos meios de retenção para transporte desta faixa etária;
- O lançamento do 4.º e 5.º volumes da coleção “História Contemporânea de Portugal”;
- O lançamento da aplicação CPR11, que explica como agir durante os primeiros minutos de uma paragem cardiorrespiratória de um jogador. Foi complementado com o evento “Joga seguro” que reuniu nomes do panorama futebolístico português.

3.2. Indicadores

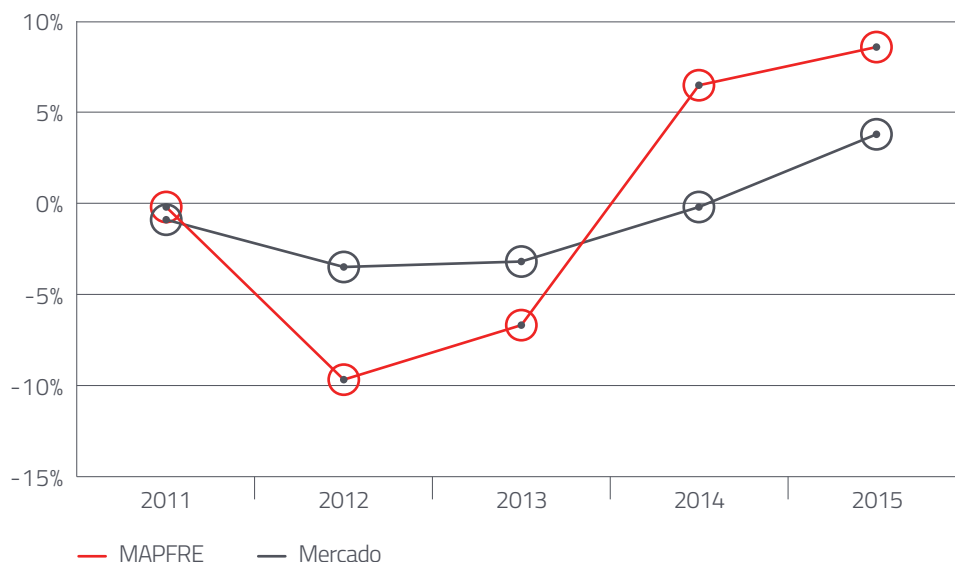
Os comentários que aqui serão realizados sobre as variáveis mais representativas da atividade ao longo do ano 2015 podem ser complementados pela consulta e análise das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, as quais, tal como este relatório de gestão, são parte integrante do dossiê de contas do exercício.

3.2.1. PRÉMIOS EMITIDOS

O volume de prémios emitidos alcançou praticamente os 100 milhões de euros, registando um crescimento de 8,6%, o que supera largamente a performance do conjunto do mercado.

Convém referenciar que este ano já não se contabilizaram os prémios do ramo de Crédito, cujas apólices foram transferidas para a COSEC no final do ano anterior e que correspondiam a cerca de um milhão de euros. Corrigido o efeito deste ramo, a taxa de crescimento seria naturalmente superior, muito próxima dos 10%.

Gráfico 11 - TAXA CRESCIMENTO VENDAS NÃO VIDA



Fonte: APS

Este crescimento foi suportado na dinâmica da atividade comercial, que garantiu um incremento líquido de cerca de 21.000 apólices (saldo entre vendas de nova produção e anulações) de forma que o número de apólices em vigor superou as 350.000.

O aumento do volume de prémios foi comum a praticamente todos os ramos sob exploração, embora maior em Acidentes de Trabalho (16,9%), Multirriscos Comerciais e Industriais (14,2%), Responsabilidade Civil (13,7%) e Automóvel (6,3%).

A subida mais expressiva em Acidentes de Trabalho incorpora o efeito dos ajustamentos tarifários implementados, os quais terão continuidade durante o ano 2016, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade técnica deste ramo.

A estrutura da carteira terminou algo semelhante à do ano anterior, apenas com um ligeiro acréscimo no peso do ramo de Acidentes de Trabalho compensado com uma pequena descida em Automóvel, mas continuando o conjunto destes dois ramos principais a representar cerca de 75% do volume de prémios.

Por seu lado, o ritmo de cobranças foi bastante positivo levando a uma redução do rácio de prémios pendentes de cobrar em relação aos emitidos, de 7,8% no ano anterior para 6,3% este ano, e contribuindo para a melhoria da performance do *cash flow* operacional gerado no exercício.

3.2.2. SINISTRALIDADE

Enquadrada num princípio de uma gestão prudente que desde sempre tem servido de referência à atuação da MAPFRE, no ano 2015 foi efetuada uma análise à adequacidade das responsabilidades com pensões do ramo de Acidentes de Trabalho. Desta forma, decorrente da alteração

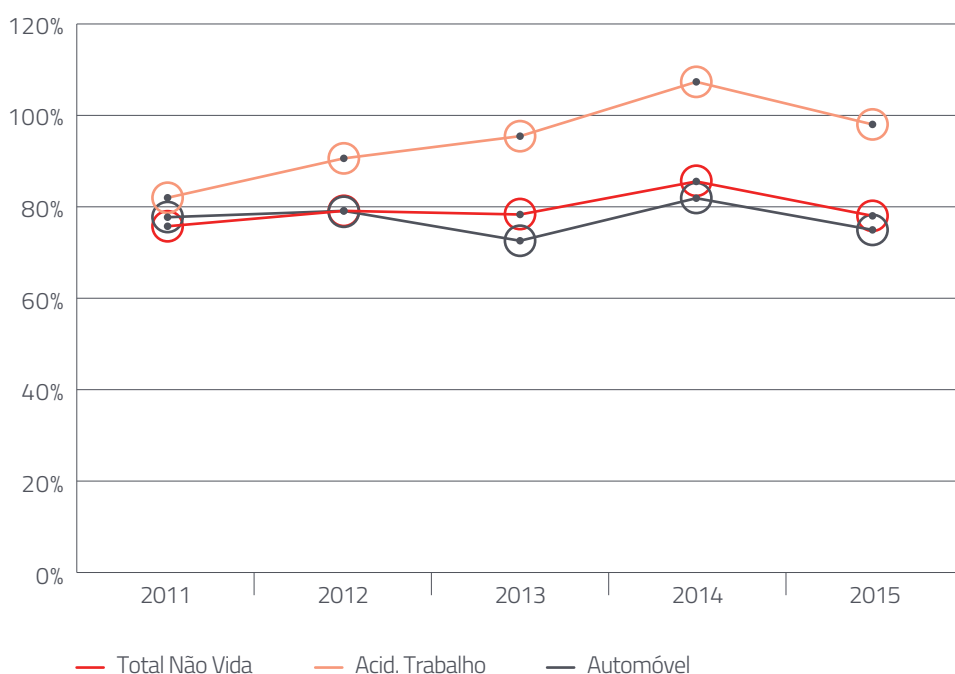
de pressupostos nas projeções das responsabilidades, associadas ao incremento da esperança de vida e baixas taxas de juro, foi criada uma dotação extraordinária no ramo de Acidentes de Trabalho, a título de provisões complementares, no montante aproximado de 3,1 milhões de euros.

Sem considerar essa dotação, a taxa de sinistralidade de Acidentes de Trabalho recuou em relação à do ano anterior, em resultado da aplicação de alguns ajustamentos tarifários que, tal como comentado a propósito da evolução dos prémios, terão continuidade no ano 2016.

Também o ramo Automóvel observou uma descida da sinistralidade, em contraciclo com o aumento verificado pelo restante mercado e ao contrário do que poderia esperar-se em função do aumento da circulação. Esta melhoria parece ser consequência da implementação de algumas medidas no sentido de tornar a subscrição mais rigorosa e seletiva.

Como corolário do comportamento destes dois ramos com predominância na estrutura da carteira, a taxa de sinistralidade total, sem o efeito da dotação extraordinária em Acidentes de Trabalho, desceu para o valor mínimo dos últimos cinco anos.

Gráfico 12 - TAXA SINISTRALIDADE LÍQUIDA RESSEGURO



Nota 1: Inclui gastos por natureza imputados à função sinistros.

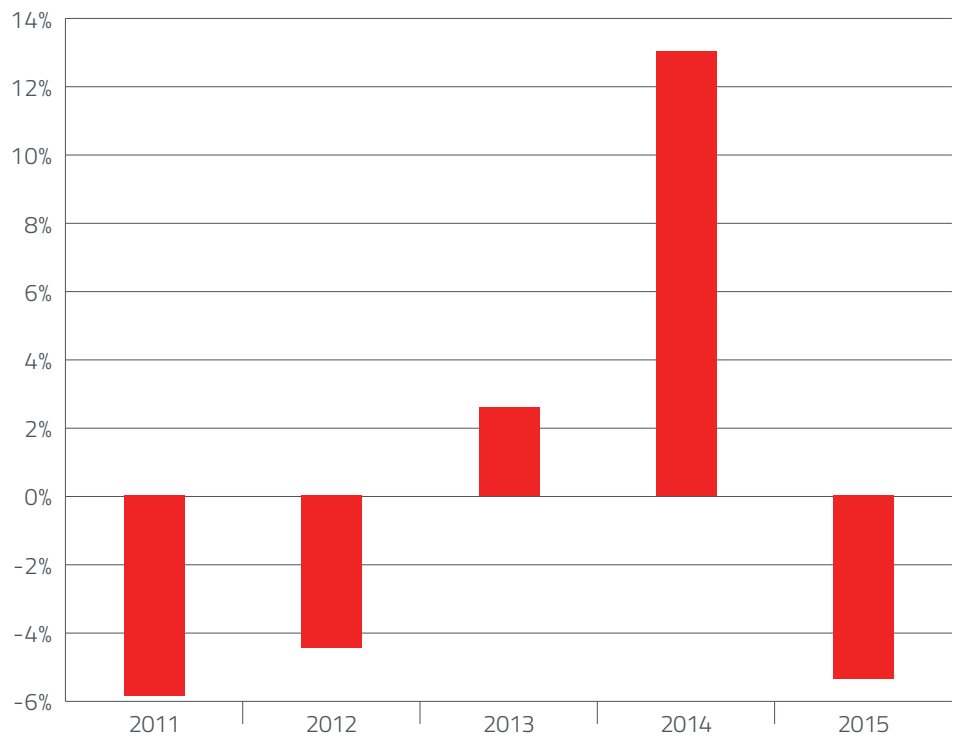
Nota 2: Ano 2015 sem incluir dotação extraordinária da provisão complementar de Acidentes de Trabalho.

3.2.3. GASTOS DE GESTÃO

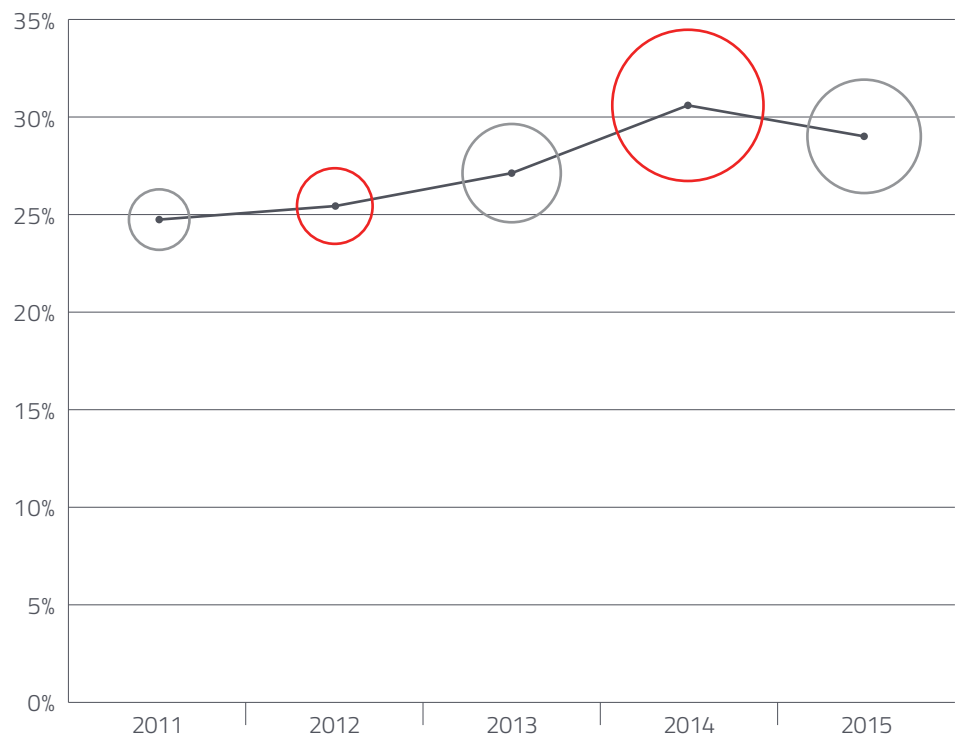
Após alguns anos de expansão, em função do investimento no fortalecimento das diversas áreas de negócio, no ano 2015 foi possível iniciar uma trajetória descendente, alinhada com a adoção do princípio estratégico de "Crescer com rentabilidade" que se pretende reforçar nos próximos anos.

Assim, enquanto o volume de gastos por natureza a imputar decresceu 5,4%, o rácio de gastos de exploração líquido de resseguro recuou para 29,1%.

Gráfico 13 - TAXA CRESCIMENTO GASTOS POR NATUREZA



Gráfico 14 - RÁCIO GASTOS EXPLORAÇÃO LÍQUIDO RESSEGURO



3.2.4. INVESTIMENTOS

Não houve qualquer alteração significativa na política de investimentos, continuando esta a subordinar-se ao tradicional princípio de prudência que sempre tem norteadado as opções da MAPFRE a todos os níveis.

Assim, a maior fatia dos investimentos continuou a pertencer aos “Títulos de rendimento fixo”, conforme quadro 2. De referir que no grupo “Ações e fundos de investimento” se inclui a participação na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., sem a qual a predominância dos “Títulos de rendimento fixo” seria ainda maior.

Estrutura da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2011	2012	2013	2014	2015
Bens materiais	1%	0%	0%	1%	1%
Ações e fundos de investimento	23%	25%	23%	23%	24%
Títulos de rendimento fixo	74%	71%	72%	75%	74%
Depósitos a prazo	0%	1%	3%	0%	0%
Depósitos à ordem	2%	3%	2%	1%	2%

Nota 1: Investimento médio.

Nota 2: Não inclui imóveis afetos a uso próprio.

Como já tem sido referido ao longo deste relatório, tem-se vivido num entorno prolongado de baixas taxas de juro, o qual induz, por um lado, a uma descida da rentabilidade financeira corrente e, por outro, à geração de mais-valias potenciais.

Por isso, foi sem surpresa que se assistiu a nova redução da taxa de rentabilidade corrente, a qual se situou nos 2,9%, ainda assim uma rentabilidade algo interessante. Não obstante, numa lógica de gestão ativa das carteiras, em função da realidade de cada momento, à semelhança do ano anterior, decidiu-se realizar algumas mais-valias que elevaram a taxa de rentabilidade para 8,7%.

Rentabilidade da carteira de investimentos

Tipo de investimento	2011	2012	2013	2014	2015
Rentabilidade total corrente	3,9%	3,7%	3,6%	3,5%	2,9%
Rentabilidade total c/ mais-valias	3,9%	3,7%	4,2%	7,4%	8,7%

Nota: Rentabilidade em função do investimento médio.

3.2.5. RESULTADOS

Como corolário das evoluções dos prémios, sinistralidade, gastos e rendimentos financeiros abordadas nos pontos anteriores, e após dedução dos impostos devidos, os resultados líquidos do exercício atingiram os 0,55 milhões de euros, um valor que compara muito favoravelmente com o ano anterior, no qual foram negativos em 2,84 milhões de euros.

Destacamos o facto desta melhoria incorporar a evolução positiva e convergente de todas as variáveis-chave do negócio – aumento de prémios e redução da sinistralidade e dos gastos.

3.2.6. SOLVÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A MAPFRE vem apresentando desde sempre uma forte capitalização, que tem permitido evidenciar rácios muito confortáveis de Solvência e de Representação das Provisões Técnicas, tendo tal voltado a acontecer no ano 2015.

0,55

MILHÕES DE EUROS

de resultados líquidos, um valor que compara muito favoravelmente com o ano anterior, no qual foram negativos em 2,84 milhões de euros.

350

MIL APÓLICES

em vigor, após um incremento de 21 mil apólices em 2015.

6,3%

de prémios por cobrar, uma melhoria em relação aos 7,8% do ano anterior.

5,4%

de decréscimo no volume de gastos de gestão.

A taxa de cobertura de Solvência atingiu os 455%, enquanto a Taxa de Representação das Provisões Técnicas se situou nos 142%.

Por outro lado, num contexto simulado de aplicação do novo regime Solvência II com base nos dados ao final do terceiro trimestre de 2015, a cobertura de Solvência atinge uma percentagem em torno dos 316%, mesmo sem recurso a qualquer das medidas transitórias previstas nos regulamentos, evidenciando, inequivocamente, que estão acauteladas todas as exigências inerentes a este regime, permitindo enfrentar o desenvolvimento futuro do negócio com total confiança.

3.3. Modelo de governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, e a consequente necessidade da fiscalização da Sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, a MAPFRE - Seguros Gerais procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em traços gerais, as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, à época denominada Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito, foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade, nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

3.4. Política de remuneração dos órgãos de administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Ética e de Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por dez membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo – o Administrador-Delegado, que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, sendo que cinco dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE; os restantes administradores não são executivos;
- b) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta Sociedade não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, consiste numa retribuição fixa anual;
- c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., os membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções nessa Sociedade, bem como na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.5. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 € e é constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE Espanha, S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Familiar, S.A.).

4. Perspetivas para o futuro

O nível de fundos próprios permitirá ultrapassar sem qualquer sobressalto as novas exigências em matéria regulatória de solvência, podendo encarar-se com confiança o desenvolvimento futuro da empresa.

A MAPFRE continuará a subordinar a sua atividade à ambição de ser uma seguradora de referência pela qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e pela sua solvência.

No futuro imediato suportará todas as suas decisões de gestão segundo o princípio de “Crescer com rentabilidade”, o qual encerra em si dois aspetos que se consideram fulcrais para qualquer empresa: por um lado, o crescimento do volume de negócios que aporta a indispensável vitalidade e, por outro, a rentabilidade que assegura a solidez e a capacidade de servir com qualidade.

Para conseguir atingir estes objetivos estão já em marcha alguns planos de ação concretos, de entre os quais destacamos:

- Ampliação e reforço da rede de distribuição numa perspetiva multicanal, isto é, assegurando a presença na rede tradicional, nos grandes *brokers* e corretores, nos acordos especiais e no digital;
- Equilíbrio técnico, capaz de combinar uma saudável margem de exploração com um *pricing* adequado à presença no mercado;
- Construção de produtos simples, inovadores e competitivos;
- Contenção de gastos.

Em paralelo, o labor diário continuará a ser norteado por uma atitude de busca incessante de eficiência, papel que todas as áreas assumirão de uma forma decidida, cabendo aqui um relevo e uma responsabilidade acrescida às áreas de suporte.

Porque para além da infraestrutura material é indispensável contar com uma massa humana altamente qualificada, continuaremos a apostar na formação dos colaboradores mediante programas de formação regulares e de acordo com as necessidades identificadas através do processo de avaliação de desempenho.

Espera-se ainda que a consolidação do modelo organizacional implementado durante o ano 2015 possa incrementar o grau de comunicação e interligação entre as distintas áreas e, por conseguinte, a capacidade de resposta aos desafios que se colocam.

Finalmente, importa referir que o nível de fundos próprios permitirá ultrapassar sem qualquer sobressalto as novas exigências em matéria regulatória de solvência podendo encarar-se com confiança o desenvolvimento futuro da empresa.



Perspetivas para o futuro

Ampliação
e reforço da rede
de distribuição



Equilíbrio técnico



Construção de produtos
simples, inovadores
e competitivos



Contenção de gastos



5. Agradecimentos

Parece ser já um lugar comum prestar um agradecimento a todos quantos, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para o desenvolvimento da atividade da MAPFRE ao longo do ano, mas a verdade é que estamos especialmente convictos que sem tal colaboração não poderíamos ter conseguido levar a cabo todo o trabalho da forma que o fizemos.

Por isso, queremos deixar aqui expresso o mais sincero reconhecimento:

- A todos os Clientes, em primeiro lugar, por acreditarem em nós e contribuírem com a sua exigência para a melhoria dos nossos serviços;
- Aos Empregados pela dedicação, empenho e qualidade que, em geral, colocaram nas suas tarefas;
- À vasta Rede de Distribuição pelo contributo direto para o crescimento e por assegurar a nossa presença ao longo de todo o território;
- Aos diversos Fornecedores de bens e serviços por nos disponibilizarem soluções adequadas de suporte à atividade;
- Aos Auditores Externos e ao Conselho Fiscal pelo seu trabalho independente e pelas oportunas sugestões que nos endereçaram;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por velar ativamente pelo bom funcionamento do setor;
- À Associação Portuguesa de Seguradores pela defesa intransigente das suas associadas.

6. Aplicação de resultados

Propomos que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 547.457,63 €, seja aplicado da seguinte forma:

- Incorporação em Reserva Legal de 54.745,76 €, em cumprimento da Lei;
- Incorporação em Reservas Livres de 492.711,87 €, para reforço da solidez.

O Conselho de Administração

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente)	José Manuel Inchausti Pérez (Vice-Presidente)
António Manuel Cardoso Belo (Vogal/Administrador-Delegado)	António Luís de Azevedo Portela (Vogal)
Ignacio Baeza Gómez (Vogal)	Javier del Río Martín (Vogal)
José Luis Catalinas Calleja (Vogal)	José Luis Joló Marín (Vogal)
Juan Fernández Palacios (Vogal)	Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

3. Contas anuais 2015



Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício de 2015			Exercício anterior (2014) (reexpresso)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
	ATIVO				
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.880.564,50		1.880.564,50	1.714.634,90
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	21.000.000,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	143.696.345,25	42.300,89	143.654.044,36	145.562.537,08
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos	0,00		0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
9	Terrenos e edifícios	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68	14.083.844,55
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.997.933,77	5.951.227,80	13.046.705,97	13.566.144,33
	Terrenos e edifícios de rendimento	1.071.027,96	434.732,25	636.295,71	517.700,22
10	Outros ativos tangíveis	6.764.531,37	6.090.911,19	673.620,18	1.485.604,97
	Inventários			0,00	0,00
	<i>Goodwill</i>			0,00	0,00
12	Outros ativos intangíveis	7.140.277,85	5.427.582,53	1.712.695,32	417.441,85
4.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	19.912.591,20		19.912.591,20	22.896.208,30
4.1	Provisão para prémios não adquiridos	4.211.612,86		4.211.612,86	3.903.078,85
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
4.1	Provisão para sinistros	15.700.978,34		15.700.978,34	18.993.129,45
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	168.164,09	0,00	168.164,09	168.676,00
13	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14.044.397,15	1.647.168,90	12.397.228,25	14.664.574,73
	Contas a receber por operações de seguro direto	9.679.087,13	1.644.139,75	8.034.947,38	10.139.423,65
4.3.2	Contas a receber por operações de resseguro	677.283,06		677.283,06	1.384.260,14
	Contas a receber por outras operações	3.688.026,96	3.029,15	3.684.997,81	3.140.890,94
	Ativos por impostos e taxas	291.115,44		291.115,44	372.723,24
24.1	Ativos por impostos correntes	291.115,44		291.115,44	372.723,24
24.2	Ativos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	36.383,84
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	234.966.948,58	19.593.923,56	215.373.025,02	222.402.629,46

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014) (Reexpresso)
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1	Provisões técnicas	128.499.632,88	126.995.097,65
4.1; 4.2	Provisão para prémios não adquiridos	23.016.358,49	22.511.018,30
	Provisão matemática do ramo vida		
4.1; 4.2	Provisão para sinistros	97.995.476,89	96.995.491,10
	De vida		
	De acidentes de trabalho	43.698.608,83	36.848.629,53
	De outros ramos	54.296.868,06	60.146.861,57
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
4.1; 4.2	Provisão para desvios de sinistralidade	2.192.673,33	2.310.012,39
4.1; 4.2	Provisão para riscos em curso	5.295.124,17	5.178.575,86
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	26.198,38	28.485,69
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	26.198,38	28.485,69
	Outros		
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	184.646,38	164.151,12
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.288.320,85	6.876.835,59
	Contas a pagar por operações de seguro directo	4.733.798,40	4.752.921,88
4.3.2	Contas a pagar por operações de resseguro	1.460.790,75	670.897,67
	Contas a pagar por outras operações	2.093.731,70	1.453.016,04
	Passivos por impostos	5.068.805,63	7.160.190,17
24.1	Passivos por impostos correntes	2.754.033,86	2.611.881,76
24.2	Passivos por impostos diferidos	2.314.771,77	4.548.308,41
13	Acréscimos e diferimentos	4.744.017,61	4.643.928,63
13	Outras provisões	80.659,30	80.659,30
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	146.892.281,03	145.949.348,15
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
26	Reservas de reavaliação	13.401.998,22	24.407.821,00
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	13.401.998,22	24.407.821,00
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26	Reserva por impostos diferidos	-3.005.931,90	-5.491.759,73
26	Outras reservas	24.428.570,04	27.266.859,43
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	547.457,63	-2.838.289,39
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	68.480.743,99	76.453.281,31
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	215.373.025,02	222.402.629,46

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015			Exercício anterior (2014)	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		80.550.625,08		80.550.625,08	72.694.902,58
4; 14	Prêmios brutos emitidos		99.996.910,96		99.996.910,96	92.050.971,14
4	Prêmios de resseguro cedido		19.199.894,25		19.199.894,25	18.367.137,84
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		575.956,38		575.956,38	1.200.224,47
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		329.564,75		329.564,75	211.293,75
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1 e 4.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		67.418.213,18		67.418.213,18	62.344.823,82
	Montantes pagos		63.126.076,28		63.126.076,28	59.749.299,75
Anexo 3.1 e 3.2; 4	Montantes brutos		74.332.510,26		74.332.510,26	71.000.214,71
	Parte dos resseguradores		11.206.433,98		11.206.433,98	11.250.914,96
	Provisão para sinistros (variação)		4.292.136,90		4.292.136,90	2.595.524,07
Anexo 3.1 e 3.2	Montante bruto		999.985,79		999.985,79	3.511.632,98
	Parte dos resseguradores		-3.292.151,11		-3.292.151,11	916.108,91
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-790,75		-790,75	1.399.925,40
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
	Custos e gastos de exploração líquidos		23.458.565,94		23.458.565,94	22.312.250,40
15; 21	Custos de aquisição		22.184.193,65		22.184.193,65	20.729.418,89
	Custos de aquisição diferidos (variação)		-70.616,19		-70.616,19	-405.055,53
15; 21	Gastos administrativos		4.148.101,87		4.148.101,87	4.925.113,21
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.803.113,39		2.803.113,39	2.937.226,17
16	Rendimentos		4.833.756,44	0,00	4.833.756,44	5.410.075,75
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		4.798.936,25		4.798.936,25	5.374.477,22
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		34.820,19		34.820,19	35.598,53
16	Gastos financeiros		1.188.842,19	0,00	1.188.842,19	975.638,04
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		491.419,11		491.419,11	429.087,39
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		697.423,08		697.423,08	546.550,65

(Continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015			Total	Exercício anterior (2014)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		
17	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		8.540.812,33	0,00	8.540.812,33	5.487.134,36
	De ativos disponíveis para venda		8.540.812,33		8.540.812,33	5.487.134,36
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
9	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		109.398,84	0,00	109.398,84	125.519,74
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		109.398,84		109.398,84	125.519,74
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-10.175,09		-10.175,09	-47.231,11
13	Outras provisões (variação)			215.813,75	215.813,75	8.098,05
	Outros rendimentos/gastos			-356.651,43	-356.651,43	423.453,28
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		1.740.789,36	-572.525,18	1.168.264,18	-3.197.920,59
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			368.515,37	368.515,37	297.036,18
24.2	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			252.291,18	252.291,18	-656.667,38
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.740.789,36	-1.193.331,73	547.457,63	-2.838.289,39

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas		
	Balço a 31 de dezembro 2014 (balço de abertura)	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	-2.838.289,39	76.453.281,31
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	-2.838.289,39	76.453.281,31
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-11.005.822,78	2.485.827,83					-8.519.994,95
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						-2.838.289,39	2.838.289,39	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-11.005.822,78	2.485.827,83	0,00	0,00	-2.838.289,39	2.838.289,39	-8.519.994,95
	Resultado líquido do exercício							547.457,63	547.457,63
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balço a 31 de dezembro 2015	33.108.650,00	13.401.998,22	-3.005.931,90	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas			
	Balanço a 31 de dezembro 2013 (balanço de abertura)	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35									0,00
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	9.652.731,69	-2.364.919,27	4.148.461,94	2.979.548,04	20.031.627,80	100.630,10	6.591,55	67.663.321,85
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		14.755.089,31	-3.126.840,46						11.628.248,85
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				659,16		5.932,39		-6.591,55	0,00
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						100.630,10	-100.630,10		0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	14.755.089,31	-3.126.840,46	659,16	0,00	106.562,49	-100.630,10	-6.591,55	11.628.248,85
	Resultado líquido do exercício								-2.838.289,39	-2.838.289,39
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Balanço a 31 de dezembro 2014	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	0,00	-2.838.289,39	76.453.281,31

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014)
	ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	(8.519.994,95)	11.628.248,85
	Variação de da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	(11.005.822,78)	14.755.089,31
	Impostos correntes e diferidos	2.485.827,83	(3.126.840,46)
	ITENS QUE NÃO IRÃO SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	00.000,00	00.000,00
	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		
	Impostos correntes e diferidos		
	OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO DEPOIS DE IMPOSTOS	(8.519.994,95)	11.628.248,85
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	547.457,63	(2.838.289,39)
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	(7.972.537,32)	8.789.959,46

Notas do anexo	Fluxo caixa	Exercício de 2015	Exercício anterior (2014)
	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	Prémios recebidos*	116.234.251,17	104.137.368,59
	Sinistros pagos	-66.295.316,25	-59.667.362,36
	Pagamentos comissões	-10.136.699,14	-9.315.991,58
	Entradas resseguro	2.164.929,53	1.443.703,52
	Saídas resseguro	-9.007.393,81	-9.896.313,71
	Entradas cosseguro	1.984.922,65	1.605.950,42
	Saídas cosseguro	-2.394.069,14	-2.869.970,15
	Outros recebimentos	1.380.097,73	1.054.457,52
	Outros pagamentos	-36.494.195,36	-34.708.710,82
	Imposto sobre o rendimento	-94.166,02	639.728,94
	TOTAL FLUXOS OPERACIONAIS	-2.657.638,64	-7.577.139,63
	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-949.674,01	-814.722,06
	Aquisições de rendas recebidas	34.770,00	
	Alienações de rendas recebidas		27.562,96
	Títulos de dívida – compras	-71.785.446,12	-56.064.581,47
	Títulos de dívida – vendas	74.707.598,58	57.891.834,65
	Instrumentos capital e UPs – compras	-7.690.335,21	-3.040.472,77
	Instrumentos capital e UPs – vendas	4.076.312,56	4.007.896,74
	Juros recebidos	3.993.679,01	4.915.795,98
	Dividendos recebidos	441.695,32	308.996,99
	Outros investimentos		999.879,63
	TOTAL FLUXOS INVESTIMENTO	2.828.600,13	8.232.190,65
	Atividades de financiamento		
	Pagamento de juros	-2.392,27	
	TOTAL FLUXOS FINANCIAMENTO	-2.392,27	0,00
	Efeito cambial	-2.639,62	
	AUMENTO CAIXA	165.929,60	655.051,02
	CAIXA NO INÍCIO	1.714.634,90	1.059.583,88
8	CAIXA NO FIM	1.880.564,50	1.714.634,90

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.

4. Notas ao balanço e conta de ganhos e perdas

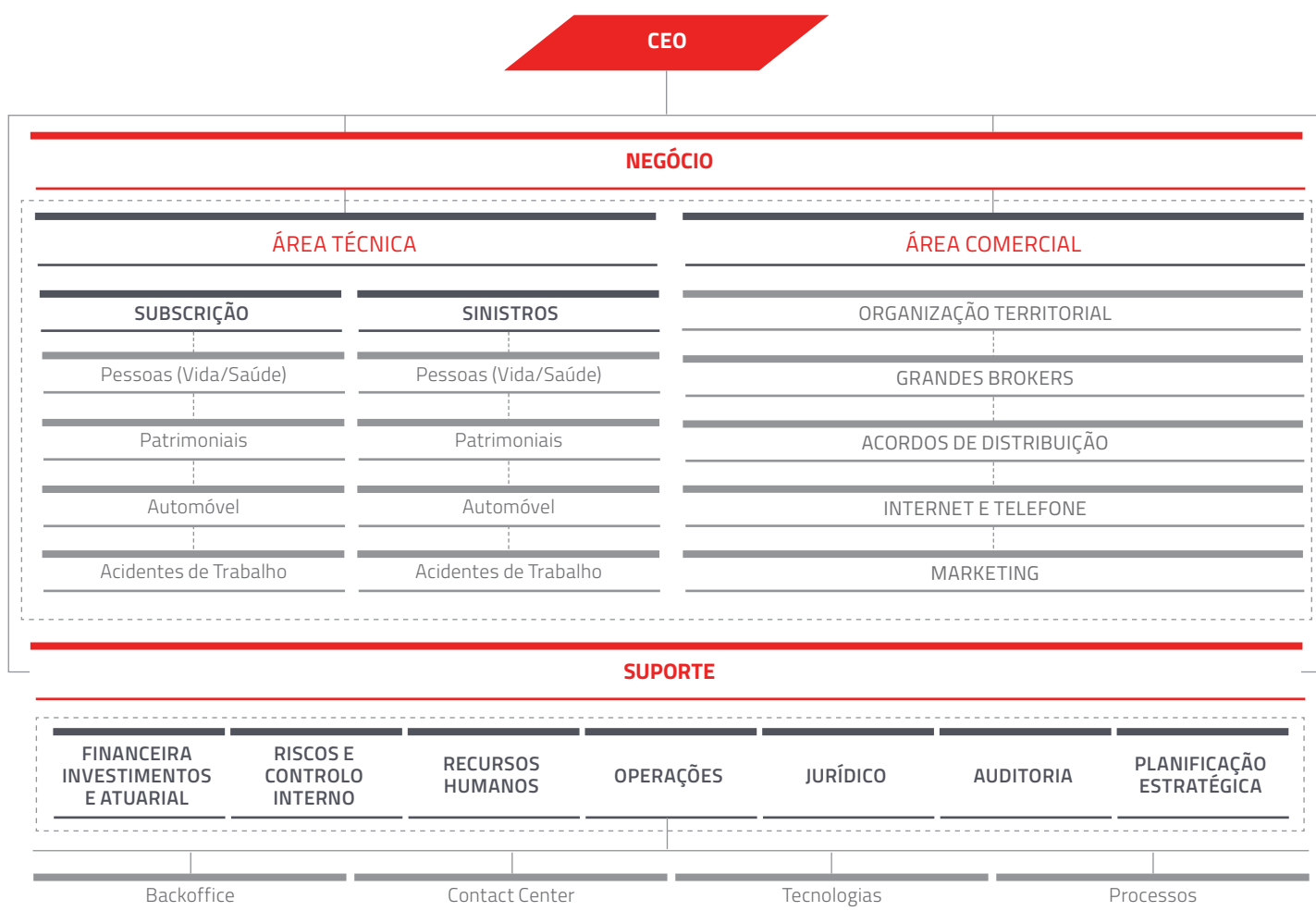


1. Informações gerais

1.1. A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., foi constituída por escritura a 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e iniciou a sua atividade a 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2015, prémios aproximadamente de 100 milhões de euros, que representam um crescimento de 8,6% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 22% e de Autos 53%, e os restantes 25% aos ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2015, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2016, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2014 e 2015 e foram preparadas com base no regime contabilístico, estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando, no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. Informação por segmentos

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo, Mercadorias e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2015 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2015			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22,1%	52,8%	0,5%	24,6%

Exercício de 2014			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
20,6%	53,9%	1,8%	23,7%

2.2. Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros

Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	80.550.625,08	21.997.061,83	48.165.458,32	221.566,16	10.166.538,77
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	67.418.213,18	26.066.295,56	36.186.532,62	-110.412,09	5.275.797,09
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	-790,75	327.899,20	-170.393,89	-196.695,63	38.399,57
Custos e gastos de exploração líquidos	23.458.565,94	5.435.821,93	14.388.137,47	-15.760,64	3.650.367,18
Rendimentos	4.833.756,44	2.167.836,53	2.253.199,40	81.904,12	330.816,39
Gastos financeiros	1.188.842,19	176.930,62	797.761,24	18.830,02	195.320,31
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8.540.812,33	5.528.125,70	2.544.463,10	88.582,16	379.641,37
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	109.398,84	0,00	92.643,53	3.411,37	13.343,94
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	-10.175,09	-16.646,95	42.398,37	1.163,20	-37.089,71
RESULTADO TÉCNICO	1.740.789,36	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	215.873,75				
Outros rendimentos/gastos	-356.651,43				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	-572.525,18	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.168.264,18	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73
Impostos/rendimento do exercício – Impostos correntes	368.515,37				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	252.291,18				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	547.457,63	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73

Exercício de 2014					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	72.694.902,58	18.431.470,36	44.467.799,17	464.570,92	9.331.062,13
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	62.344.823,82	19.864.356,53	36.504.021,49	-16.963,29	5.993.409,09
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	1.399.925,40	363.044,76	1.410.760,23	-562.038,11	188.158,52
Custos e gastos de exploração líquidos	22.312.250,40	4.699.239,06	14.042.146,36	262.953,11	3.307.911,87
Rendimentos	5.410.075,75	2.001.791,43	2.833.154,53	115.793,91	459.335,88
Gastos financeiros	975.638,04	106.959,88	671.722,85	25.978,84	170.976,47
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.487.134,36	0,00	4.569.573,89	184.259,95	733.300,52
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	125.519,74	0,00	104.396,73	4.268,17	16.854,84
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	-47.231,11	-28.217,89	-2.443,05	2.087,10	-18.657,27
RESULTADO TÉCNICO	-3.613.275,82	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	8.098,05				
Outros rendimentos/gastos	423.453,28				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	415.355,23	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-3.197.920,59	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47
Impostos/rendimento do exercício – Impostos correntes	297.036,18				
Imposto/rendimento do exercício – Impostos diferidos	-656.667,38				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-2.838.289,39	-4.628.556,33	-864.963,12	1.052.513,16	827.730,47

Nos exercícios de 2015 e 2014, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES 07), emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subseqüentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pela ASF.

Este novo Plano de Contas introduziu os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 – Contratos de Seguro.



Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

No exercício de 2015, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 7 de março de 2016.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

3.2. Bases de mensuração e políticas contabilísticas

3.2.1. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;

- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (nota 7).

3.2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; e quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

3.2.3.2. Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

3.2.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

3.2.3.2.3. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

3.2.3.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui "um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo", a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2015 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.4. EDIFÍCIOS

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 e IAS 40 (propriedades de investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

3.2.5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.6. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

3.2.7. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

3.2.8.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

a) Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 48.^a do referido contrato, sendo contabilizada como custo do exercício na conta de ganhos e perdas.

b) Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho que esteve em vigor até aí.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/1/2012, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na nota 23.

Esse valor encontra-se garantido através de apólices contratadas junto da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada, consideradas não elegíveis nos termos da IAS 19. Em consequência, o valor atual das responsabilidades é refletido no passivo e o justo valor dos ativos é refletido no ativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas e em outras variações de capital próprio, respetivamente. De igual forma, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.8.2. Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes do n.º 2 da cláusula 41.^a do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 15/1/2012 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

3.2.8.3. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.9. AJUSTAMENTOS DE RECIBOS POR COBRAR E DE CRÉDITOS PARA COBRANÇA DUVIDOSA

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

3.2.10. PROVISÕES TÉCNICAS

3.2.10.1. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.10.2. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 da ASF.

3.2.10.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pela ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os ramos de Crédito e Caução.

3.2.10.4. Provisão para sinistros de seguro direto

3.2.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

3.2.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

3.2.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

3.2.10.4.4. Provisão matemática de acidentes de trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeção atuarial.

São apresentadas na nota 4 informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adotados na determinação destas provisões.

3.2.11. PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

3.2.12. OUTROS CREDORES

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.2.13. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

3.2.14. OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.15. IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

3.2.16. RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

3.2.16.1. Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3.2.16.2. Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

3.2.16.3. Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10. e 3.2.7., são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.17. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecido em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.17.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.2.17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.18. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registradas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.19. LOCAÇÕES

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

3.3. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.3.1. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea 3.2.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.3.2. PROVISÕES TÉCNICAS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.2.10 das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.3.3. DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

3.3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.3.5. DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

3.3.6. IMPOSTOS DIFERIDOS

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos, como de ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

As políticas contábilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas nos pontos 3.2.10. e 3.2.16.

Processos usados na determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras:

I. SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

II. DESVIOS DE SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO (IBNER)

A provisão para desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

III. SINISTROS PENDENTES DE DECLARAÇÃO (IBNR)

A provisão para sinistros pendentes de declaração é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

IV. RESPONSABILIDADES COM ASSISTÊNCIA VITALÍCIA

As provisões para assistência vitalícia são estimadas caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

V. GASTOS DE TRAMITAÇÃO DOS SINISTROS PENDENTES

Esta provisão calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

VI. PROVISÃO MATEMÁTICA DE ACIDENTES DE TRABALHO

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base na tabela de mortalidade GRF80 com uma taxa de juro de 4% e encargos de gestão de 1%, para todo o universo de pensionistas.

O cálculo do valor dos capitais a remir, de remissões já definidas ou homologadas, foi efetuado com base na tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

VII. ADEQUACIDADE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE ACIDENTES DE TRABALHO

No exercício de 2015, a Companhia iniciou o processo de revisão das responsabilidades visando a garantia da adequabilidade das provisões de Acidentes de Trabalho. Esta revisão foi efetuada tendo por base as tabelas geracionais de sobrevivência masculina e feminina, a PERF/PERM 2000 P geracional, com uma taxa de juro de 3,25% e encargos de gestão de 1%, para todo o universo dos pensionistas, a utilização de remaridação na tabela de mortalidade, e para pensões obrigatoriamente remíveis com base na tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

O valor deste impacto adicional foi de 3,1 milhões de euros e foi registado em provisões complementares.

VIII. RECONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO, NOS ATIVOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE RESSEGURO, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014 – PROVISÕES TÉCNICAS

Euros

Exercício de 2015				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	22.511.018,30	575.956,38	70.616,19	23.016.358,49
Prémios não adquiridos	27.976.233,22	575.956,38	0,00	28.552.189,60
Custos de aquisição diferidos	-5.465.214,92	0,00	70.616,19	-5.535.831,11
Provisão para sinistros	96.995.491,10	76.269.372,65	75.269.386,85	97.995.476,89
De acidentes de trabalho	36.848.629,53	25.471.332,37	18.621.353,07	43.698.608,83
Matemática	24.285.819,38	13.294.337,44	11.574.024,34	26.006.132,48
Assistência vitalícia	3.785.280,26	448.299,96	148.928,98	4.084.651,24
Outras prestações e custos	4.374.750,68	6.844.909,95	6.752.714,96	4.466.945,67
IBNR	2.658.352,54	664.093,56	145.684,79	3.176.761,31
IBNER	1.136.739,20	4.219.691,46	0,00	5.356.430,66
Custos de gestão de sinistros	607.687,47	0,00	0,00	607.687,47
De outros seguros	60.146.861,57	50.798.040,28	56.648.033,78	54.296.868,06
Prestações	50.235.904,94	50.058.243,02	52.454.853,24	47.839.294,72
IBNR	4.089.834,01	439.158,99	1.572.428,79	2.956.564,21
IBNER	3.985.557,93	300.638,26	2.620.751,75	1.665.444,44
Custos de gestão de sinistros	1.835.564,69	0,00	0,00	1.835.564,69
Provisão para desvios de sinistralidade	2.310.012,39	79.356,57	196.695,63	2.192.673,33
Provisão para riscos em curso	5.178.575,86	1.041.600,75	925.052,44	5.295.124,17
TOTAL	126.995.097,65	77.966.286,35	76.461.751,11	128.499.632,88

Exercício de 2014				
Provisões técnicas - Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	21.715.849,36	1.200.224,47	405.055,53	22.511.018,30
Prêmios não adquiridos	26.776.008,75	1.200.224,47	0,00	27.976.233,22
Custos de aquisição diferidos	-5.060.159,39	0,00	405.055,53	-5.465.214,92
Provisão para sinistros	93.483.858,12	5.422.348,90	1.910.715,92	96.995.491,10
De acidentes de trabalho	33.118.155,68	4.574.559,30	844.085,45	36.848.629,53
Matemática	22.332.722,05	1.953.097,33	0,00	24.285.819,38
Assistência vitalícia	3.181.835,53	831.786,93	228.342,20	3.785.280,26
Outras prestações e custos	4.519.964,57	0,00	145.213,89	4.374.750,68
IBNR	1.051.462,58	1.606.889,96	0,00	2.658.352,54
IBNER	1.552.903,77	54.364,79	470.529,36	1.136.739,20
Custos de gestão de sinistros	479.267,18	128.420,29	0,00	607.687,47
De outros seguros	60.365.702,44	847.789,60	1.066.630,47	60.146.861,57
Prestações	49.480.206,63	823.132,60	67.434,29	50.235.904,94
IBNR	4.082.501,94	7.332,07	0,00	4.089.834,01
IBNER	4.984.754,11	0,00	999.196,18	3.985.557,93
Custos de gestão de sinistros	1.818.239,76	17.324,93	0,00	1.835.564,69
Provisão para desvios de sinistralidade	2.631.377,32	0,00	321.364,93	2.310.012,39
Provisão para riscos em curso	3.457.285,53	1.721.290,33	0,00	5.178.575,86
TOTAL	121.288.370,33	8.343.863,70	2.637.136,38	126.995.097,65

Exercício de 2015				
Provisões técnicas - Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	3.903.078,85	329.564,75	21.030,74	4.211.612,86
Prêmios não adquiridos	4.616.702,53	329.564,75	0,00	4.946.267,28
Custos de aquisição diferidos	-713.623,68	0,00	21.030,74	-734.654,42
Provisão para sinistros	18.993.129,45	8.843.830,01	12.135.981,12	15.700.978,34
Prestações	17.540.028,32	8.630.756,21	11.206.433,98	14.964.350,55
IBNR	1.161.915,57	55.110,08	741.840,12	475.185,53
IBNER	291.185,56	157.963,72	187.707,02	261.442,26
TOTAL	22.896.208,30	9.173.394,76	12.157.011,86	19.912.591,20

Exercício de 2014				
Provisões técnicas - Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prêmios não adquiridos	3.687.029,88	216.048,97	0,00	3.903.078,85
Prêmios não adquiridos	4.405.408,78	211.293,75	0,00	4.616.702,53
Custos de aquisição diferidos	-718.378,90	4.755,22	0,00	-713.623,68
Provisão para sinistros	18.077.020,54	1.910.871,99	994.763,08	18.993.129,45
Prestações	15.696.590,62	1.910.871,99	67.434,29	17.540.028,32
IBNR	1.598.533,65	0,00	436.618,08	1.161.915,57
IBNER	781.896,27	0,00	490.710,71	291.185,56
TOTAL	21.764.050,42	2.126.920,96	994.763,08	22.896.208,30

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos, relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas”.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2015 e de 2014, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados na gestão desses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A Área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões do Comité de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.



Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.



Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- **Comité de Gestão de Riscos e Solvência** assegura o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- **Comité de Negócio**, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- **Comité Técnico**, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- **Comité de Sinistros**, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação e dos custos médios;
- **Comité de Projetos** analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- **Comité de Alterações**, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

De acordo com o previsto, esta metodologia alargou-se à área de Segurança criando-se assim o Comité de Segurança.

Estes comités desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2015.

Por outro lado, mensalmente, a Área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

I) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2015	2014	2015	2014
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	0,99	0,91	0,81	0,73
índice de volatilidade do rácio combinado	6,8%	6,8%	6,1%	6,0%

II) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Milhares de euros

Exercício de 2015	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	-3.968
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	5.243

III) Alteração longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Milhares de euros

Exercício de 2015	
Varição	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	382
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	-387

IV) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

Exercício de 2015					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.116.448,45	52.802.091,21	477.993,35	24.600.377,95	99.996.910,96
Prémios de resseguro cedido	259.069,98	4.277.807,37	316.471,66	14.346.545,24	19.199.894,25
% média de retenção	99%	92%	34%	42%	81%

Euros

Exercício de 2014					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	18.925.484,63	49.596.368,64	1.697.563,52	21.831.554,35	92.050.971,14
Prémios de resseguro cedido	232.934,82	4.591.784,39	1.253.065,12	12.289.353,51	18.367.137,84
% média de retenção	99%	91%	26%	44%	80%

Exercício de 2015					
Contratos de resseguro	Automóvel	Incêndio e outros danos	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Doença
Proporcional	√	√	√	√	√
Não proporcional	√	√	√	√	
Facultativo		√		√	
Quota parte	√	√			√
XL – Cobertura por evento	√	√	√	√	

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

V) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Milhares de euros

Exercício de 2015								
Evolução dos custos com sinistros – anos seguintes ao de ocorrência								
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2010 e anteriores	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914	4.170	21.771	
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822	76.351	78.893	
	Total custo	70.919	82.452	80.907	81.736	80.521	100.664	
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318	4.693	3.914		
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485	77.339	78.001		
	Total custo	69.664	83.138	84.803	82.032	81.915		
2012	Provisão pendente	25.876	13.806	6.681	5.193			
	Pagos acumulados	35.701	54.777	56.491	59.177			
	Total custo	61.577	68.583	63.172	64.370			
2013	Provisão pendente	26.648	8.442	6.442				
	Pagos acumulados	36.614	49.916	51.959				
	Total custo	63.262	58.358	58.401				
2014	Provisão pendente	25.955	7.001					
	Pagos acumulados	39.747	55.481					
	Total custo	65.702	62.483					
2015	Provisão pendente	27.668						
	Pagos acumulados	41.004						
	Total custo	68.672						
Conceito		Ano de ocorrência						TOTAL
		2015	2014	2013	2012	2011	2010 e ant.	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida		27.668	7.001	6.442	5.193	3.914	21.771	71.989

Exercício de 2014

Evolução dos custos com sinistros – anos seguintes ao de ocorrência

Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2009 e anteriores	Provisão pendente	18.793	10.352	12.168	10.238	10.447	22.769
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654	69.265	69.892	72.222
	Total custo	76.248	75.485	79.822	79.503	80.339	105.764
2010	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914	4.170	
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822	76.351	
	Total custo	70.919	82.452	80.907	81.736	82.797	
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318	4.693		
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485	77.339		
	Total custo	69.664	83.138	84.803	84.525		
2012	Provisão pendente	25.876	13.806	6.681			
	Pagos acumulados	35.701	54.777	56.491			
	Total custo	61.577	68.583	65.707			
2013	Provisão pendente	26.648	8.442				
	Pagos acumulados	36.614	49.916				
	Total custo	63.262	61.439				
2014	Provisão pendente	25.955					
	Pagos acumulados	39.747					
	Total custo	68.830					

Conceito	Ano de ocorrência						TOTAL
	2014	2013	2012	2011	2010	2009 e ant	
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida	29.083	11.523	9.216	7.186	6.446	33.541	96.995

Nota: Os valores apresentados nos quadros anteriores não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 16,0% no exercício corrente e a 19,6% no exercício anterior.

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões por segmentos.

Milhares de euros

Exercício de 2015						
Conceito	Seguro direto					
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Provisão p/ prémios não adquiridos	23.016	1.552	15.074	94	6.296	0
Provisão p/ sinistros	97.995	43.699	37.354	2.532	14.411	0
Provisão p/ desv. de sinistralidade	2.193	0	0	1.218	974	0
Provisão p/ riscos em curso	5.295	846	3.596	0	853	0
TOTAL	128.500	46.096	56.024	3.844	22.535	0

Milhares de euros

Exercício de 2014						
Conceito	Seguro direto					
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
Provisão p/ prémios não adquiridos	22.511	1.665	14.770	157	5.918	0
Provisão p/ sinistros	96.995	36.849	38.344	6.337	15.465	0
Provisão p/ desv. de sinistralidade	2.310	0	0	1.415	895	0
Provisão p/ riscos em curso	5.179	518	3.767	0	894	0
TOTAL	126.995	39.032	56.882	7.909	23.173	0

O valor de 26.006.132,48 euros referente às provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

Exercício de 2015				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	
2010 e anteriores	11.829.913,33	311.064,16	324.268,17	12.465.245,66
2011	1.986.990,89	0,00	848.605,30	2.835.596,19
2012	1.682.250,18	0,00	604.430,89	2.286.681,07
2013	751.718,70	0,00	1.109.318,38	1.861.037,08
2014	672.474,94	0,00	2.272.092,35	2.944.567,29
2015	37.284,94	0,00	3.575.720,25	3.613.005,19
TOTAL	16.960.632,98	311.064,16	8.734.435,34	26.006.132,48

Euros

Exercício de 2014				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/homologadas	Definidas	Presumíveis	
2009 e anteriores	9.812.015,12	318.213,37	641.854,05	10.772.082,54
2010	1.849.795,02	0,00	426.480,25	2.276.275,27
2011	1.432.688,24	0,00	1.060.530,47	2.493.218,71
2012	1.484.212,16	0,00	1.050.571,15	2.534.783,31
2013	653.868,95	0,00	2.427.376,49	3.081.245,44
2014	291.285,23	0,00	2.836.928,88	3.128.214,11
TOTAL	15.523.864,72	318.213,37	8.443.741,29	24.285.819,38

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 4.299.155,78

euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

Exercício de 2015			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2010 e anteriores	830.446,50	284.239,59	1.114.686,09
2011	191.401,65	71.346,14	262.747,79
2012	136.110,72	302.905,25	439.015,97
2013	69.336,62	1.181.360,27	1.250.696,89
2014	31.322,48	1.127.853,44	1.159.175,92
2015	0,00	72.833,12	72.833,12
TOTAL	1.258.617,97	3.040.537,81	4.299.155,78

Euros

Exercício de 2014			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2009 e anteriores	674.754,35	160.359,27	835.113,62
2010	173.293,51	101.203,71	274.497,22
2011	233.389,37	249.385,91	482.775,28
2012	136.677,56	1.002.499,96	1.139.177,52
2013	47.809,05	854.083,05	901.892,10
2014	11.286,11	26.596,81	37.882,92
TOTAL	1.277.209,95	2.394.128,71	3.671.338,66

4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

4.3.1. RISCO DE MERCADO

Efetua-se uma análise detalhada na nota 6.

4.3.2. RISCO DE CRÉDITO

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada nos pontos da nota 6.

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 34% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 7,1% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 41,1% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

A Companhia calcula e contabiliza um ajustamento para recibos por cobrar, cujo valor se detalha na nota 13.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., detêm 56,6% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2015	2014
Provisão para sinistros	15.700.978,34	18.993.129,45
Dívidas por operações de resseguro cedido	-1.460.790,75	-670.897,67
Créditos por operações de resseguro cedido	677.283,06	1.384.260,14
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	14.917.470,65	19.706.491,92

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Euros

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2015	2014
AAA	0,00	-83,75
AA	10.158,48	425.400,33
A	13.053.764,33	17.423.982,88
BBB	1.631.418,16	1.978.449,52
Sem qualificação	222.129,67	-121.257,06
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	14.917.470,65	19.706.491,92

Do valor total em risco, um montante de 2.277.000,00 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 26.198,38 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Euros

Cosseguro cedido	Valor contabilístico	
	2015	2014
Provisão para sinistros	967.093,57	907.371,00
Créditos por operações de cosseguro cedido	96.327,03	152.514,49
Dívidas por operações de cosseguro cedido	-265.555,53	-273.054,39
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	797.865,07	786.831,10

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

4.3.3. RISCO DE LIQUIDEZ

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para venda” e são negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na nota 6 dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2015						
	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão para sinistros	48.704	7.868	5.552	4.272	3.382	47.168	116.947
Matemática*	12.250	2.539	1.876	1.562	1.448	42.976	62.650
Outras	36.454	5.329	3.676	2.710	1.935	4.192	54.297
Provisão para desvios de sinistralidade						2.193	2.193
Provisão para riscos em curso	3.357	1.288	167	220	54	208	5.295
Dívidas por operações de seguro direto	4.734						4.734
Dívidas por operações de resseguro	1.461						1.461
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	58.256	9.157	5.720	4.492	3.437	49.569	130.630

*Valores apresentados sem desconto.

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2014						
	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão para sinistros	63.750	21.334	2.749	2.973	2.452	3.738	96.995
Matemática	24.219	8.105	1.044	1.129	931	1.420	36.849
Outras	39.531	13.229	1.705	1.843	1.520	2.318	60.147
Provisão para desvios de sinistralidade	1.518	508	65	71	58	89	2.310
Provisão para riscos em curso	3.404	1.139	147	159	131	200	5.179
Dívidas por operações de seguro direto	4.278	190	143	95	48	0	4.753
Dívidas por operações de resseguro	671						671
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	73.620	23.172	3.104	3.297	2.688	4.026	109.908

4.3.4. RISCO OPERACIONAL E REPUTACIONAL

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2015, não existindo nenhum superior a 75%:

Euros

Processo	Índice de criticidade associado	
	2015	2014
Geral	59,39	63,41
Desenvolvimento de produtos	57,41	64,73
Emissão	61,09	66,04
Sinistros	60,49	58,68
Gestão administrativa	54,43	54,43
Atividades comerciais	62,87	64,88
Recursos humanos	56,73	57,95
Comissões	58,77	62,72
Cosseguro/resseguro	67,99	67,99
Provisões técnicas	56,31	62,15
Investimentos	62,17	62,17
Sistemas tecnológicos	61,52	59,27
Atendimento ao cliente	56,42	64,48

4.4. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

Ao fecho do exercício 2015, a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 454,67%.

Milhares de euros

Margem de solvência	2015	2014
Elementos constitutivos do fundo de garantia	70.642	79.952
Elementos constitutivos da margem de solvência	70.642	79.952
Atividade vida e de fundos de pensões		
Montante total da margem de solvência a constituir	15.537	15.211
Montante total do fundo de garantia a constituir	5.179	5.070
Excesso/insuficiência da margem de solvência	55.105	64.741
Taxa de cobertura da margem de solvência	454,67%	525,62%

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bonus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2. b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prêmios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Rácios*	Exercício de 2015				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	75,3%	118,3%	76,5%	-189,1%	39,3%
Rácio de custos de exploração	27,0%	25,2%	28,3%	29,0%	25,7%
Rácio combinado	102,9%	142,6%	105,6%	-137,3%	66,1%
Rácio operacional	90,0%	108,2%	97,3%	-164,9%	63,5%

*Calculados brutos de resseguro cedido.

Rácios*	Exercício de 2014				
	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	80,9%	105,2%	82,0%	8,0%	63,1%
Rácio de custos de exploração	28,0%	25,4%	29,3%	29,0%	27,5%
Rácio combinado	110,4%	132,4%	112,7%	35,2%	92,2%
Rácio operacional	99,0%	121,7%	98,5%	19,5%	87,0%

*Calculados brutos de resseguro cedido.

4.7. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2015, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

6. Instrumentos financeiros

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de "Ativos financeiros disponíveis para venda".

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

Rubrica	Exercício de 2015			Valor contabilístico
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	
Saldo inicial	130.671.356,55	14.891.180,53	0,00	145.562.537,08
Aquisições (a valor aquisição)	70.954.893,09	7.690.335,21	0,00	78.645.228,30
Reembolsos (a valor aquisição)	1.288.820,00		0,00	1.288.820,00
Alienações (a valor aquisição)	64.768.683,68	3.281.653,83		68.050.337,51
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	-9.534.998,35	-1.467.964,12		-11.002.962,47
Variação do custo amortizado	-307.253,70			-307.253,70
Variação juro decorrido	95.652,66		0,00	95.652,66
SALDO FINAL	125.822.146,57	17.831.897,79	0,00	143.654.044,36

Euros

Rubrica	Exercício de 2014			Valor contabilístico
	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	
Saldo inicial	113.638.813,53	14.789.594,89	1.001.275,00	129.429.683,42
Aquisições (a valor aquisição)	57.349.806,32	3.040.292,08	0,00	60.390.098,40
Reembolsos (a valor aquisição)	4.609.814,80		1.000.000,00	5.609.814,80
Alienações (a valor aquisição)	49.095.316,29	3.564.185,21		52.659.501,50
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	0,00			0,00
Variação do justo valor	14.055.452,05	625.478,77		14.680.930,82
Variação do custo amortizado	128.988,13			128.988,13
Variação juro decorrido	-796.572,39		-1.275,00	-797.847,39
SALDO FINAL	130.671.356,55	14.891.180,53	0,00	145.562.537,08

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

Tipo de ativo	Exercício de 2015					
	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	128.167.612,61	54.513,53	13.317.396,44	2.072.220,89	42.300,89	143.654.044,36
Ações	15.370.287,56	0,00	647.171,46	0,00	1.569,16	16.019.028,18
Unidades participação	1.480.975,56	0,00	291.162,32	0,00	40.731,73	1.812.869,61
Títulos de dívida pública	67.020.963,11	104.057,35	9.843.465,76	1.260.968,28	0,00	78.229.454,50
Títulos de outros emissores públicos	9.240.963,38	20.016,79	1.185.487,49	260.722,95	0,00	10.707.190,61
Títulos de outros emissores	35.054.423,00	-69.560,61	1.350.109,41	550.529,66	0,00	36.885.501,46
TOTAL	128.167.612,61	54.513,53	13.317.396,44	2.072.220,89	42.300,89	143.654.044,36

Euros

Tipo de ativo	Exercício de 2014					
	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	118.861.541,82	361.767,23	24.362.659,80	1.976.568,23	42.300,89	145.562.537,08
Ações	11.130.817,59	0,00	2.041.354,45	0,00	1.569,16	13.172.172,04
Unidades participação	1.311.764,15	0,00	407.244,34	0,00	40.731,73	1.719.008,49
Títulos de dívida pública	64.898.703,70	368.432,11	18.484.419,03	1.215.314,61	0,00	84.966.869,45
Títulos de outros emissores públicos	9.240.963,38	12.148,52	1.422.178,38	261.437,25	0,00	10.936.727,53
Títulos de outros emissores	32.279.293,00	-18.813,40	2.007.463,60	499.816,37	0,00	34.767.759,57
TOTAL	118.861.541,82	361.767,23	24.362.659,80	1.976.568,23	42.300,89	145.562.537,08

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no balanço em "Ativos financeiros disponíveis para venda".

6.2. Justo valor

6.2.1. MÉTODOS DE APURAMENTO DO JUSTO VALOR

No ponto 3.2.3. são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. Contudo, no exercício de 2015, existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno (considerando a cotação de mercado)

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;

- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 1.218.363,59 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS0370846973	COMMERZBANK A.G.
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L

6.2.2. NÍVEIS DE VALORIZAÇÃO

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;

Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	Exercício de 2015			
	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	16.019.028,18	0,00	0,00	16.019.028,18
Unidades de participação	0,00	1.812.869,61	0,00	1.812.869,61
Títulos de dívida pública	78.229.454,50	0,00	0,00	78.229.454,50
Títulos de outros emissores públicos	10.707.190,61	0,00	0,00	10.707.190,61
Títulos de outros emissores	35.667.137,87	1.218.363,59	0,00	36.885.501,46
TOTAL	140.622.811,16	3.031.233,20	0,00	143.654.044,36

Euros

Conceito	Exercício de 2014			
	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	13.172.172,04	0,00	0,00	13.172.172,04
Unidades de participação	0,00	1.719.008,49	0,00	1.719.008,49
Títulos de dívida pública	84.966.869,45	0,00	0,00	84.966.869,45
Títulos de outros emissores públicos	10.936.727,53	0,00	0,00	10.936.727,53
Títulos de outros emissores	33.534.723,45	1.233.036,12	0,00	34.767.759,57
TOTAL	142.610.492,47	2.952.044,61	0,00	145.562.537,08

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na nota 3, dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2015.

6.4. Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

6.4.1. INFORMAÇÃO QUALITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90% para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo quer nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.4.2. INFORMAÇÃO QUANTITATIVA PARA AVALIAÇÃO DA NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR TIPO DE RISCO

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2015				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	5.698.860,00	0,00	1.760.010,00	7.458.870,00
A	1.858.950,00	15.283.114,83	0,00	4.925.150,00	22.067.214,83
BBB	79.294.081,74	7.486.700,00	0,00	1.415.790,00	88.196.571,74
BB ou menor	6.325.400,00	1.774.090,00	0,00	0,00	8.099.490,00
TOTAL	87.478.431,74	30.242.764,83	0,00	8.100.950,00	125.822.146,57

Classificação creditícia dos emissores	Exercício de 2014				
	Justo valor				
	Estado	Bancos e instituições financeiras	Seguradoras	Outros	Total
AA	0,00	4.579.589,62	0,00	1.466.240,40	6.045.830,02
A	1.894.661,33	16.598.040,82	0,00	2.759.545,65	21.252.247,80
BBB	86.427.881,69	8.892.278,77	0,00	119.656,26	95.439.816,72
BB ou menor	6.114.813,56	1.818.648,45	0,00	0,00	7.933.462,01
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	94.437.356,58	31.888.557,66	0,00	4.345.442,31	130.671.356,55

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano de 2012, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menor classificação, situação que se tem apresentado de difícil recuperação.

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Tipo de moeda	Exercício de 2015			
	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	14.428.471,19	1.812.869,61	125.822.146,57	142.063.487,37
Franco suíço	1.171.585,30			1.171.585,30
Libras	418.971,69			418.971,69
TOTAL	16.019.028,18	1.812.869,61	125.822.146,57	143.654.044,36

Tipo de moeda	Exercício de 2014			
	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	12.108.176,14	1.719.008,49	130.671.356,55	144.498.541,18
Franco suíço	802.841,26			802.841,26
Libras	261.154,64			261.154,64
TOTAL	13.172.172,04	1.719.008,49	130.671.356,55	145.562.537,08

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Tipo de ativo	Saldo final	Exercício de 2015						Taxa de juro	Duração modificada
		Vencimento a:							
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/ venda									
Títulos de dívida	125.822	9.233	6.084	6.747	14.721	8.923	80.114	1,2715	4,9070
TOTAL	125.822	9.233	6.084	6.747	14.721	8.923	80.114	-	-

Milhares de euros

Tipo de ativo	Exercício de 2014									
	Saldo final	Vencimento a:						Após 5 anos	Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos				
Carteira disponível p/ venda										
Títulos de dívida	130.671	1.340	9.588	12.964	7.178	13.378	86.223	1,1167	4,8269	
TOTAL	130.671	1.340	9.588	12.964	7.178	13.378	86.223	-	-	

No quadro que se segue podem-se observar os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Milhões de euros

Margem de solvência	2015	2014
Margem de solvência disponível	55,10	64,74
Taxa de cobertura	455%	529%
Aumento de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-4,78	-4,86
Impacto na taxa de cobertura	-31%	-35%
Taxa de cobertura após impacto	424%	494%
Diminuição de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	4,78	4,91
Impacto na taxa de cobertura	31%	30%
Taxa de cobertura após impacto	485%	559%

No quadro que se segue mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2015	2014
Capital próprio	68,48	76,82
Aumento de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-4,78	-5,26
Capital próprio após o impacto	63,70	71,56
Diminuição de 1 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	4,78	4,51
Capital próprio após o impacto	73,27	81,34

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Milhões de euros

Exercício de 2015		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	17,83	6,590
TOTAL	17,83	6,590

Milhões de euros

Exercício de 2014		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	14,89	4,840
TOTAL	14,89	4,840

d) Risco de concentração

A Companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade econômica, grupo econômico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Milhares de euros

Setor de atividade	2015	2014
Dívida pública e outros emissores públicos	88.937	95.904
Instituições financeiras	35.173	36.467
Energia	3.153	2.270
Petrolíferas	4.964	2.606
Comunicações	3.680	2.605
Industriais	5.311	4.862
Tecnológicas	1.808	550
Outras	628	298
TOTAL	143.654	145.563

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível. Também mantém a totalidade da carteira de participações financeiras classificada como "Disponível para venda", tal como comentado no ponto 4.3.3.

Milhares de euros

Conceito	Exercício de 2015							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.881							1.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.034	9.434	9.716	17.340	10.716	99.530	17.874	177.645
Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos							21.000	21.000
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.035							8.035
Contas a receber p/ operações de resseguro	677							677
TOTAL ATIVO	23.626	9.434	9.716	17.340	10.716	99.530	38.874	209.238
Passivo								
Provisão para sinistros	48.704	7.868	5.552	4.272	3.382	47.168		116.947
Matemática*	12.250	2.539	1.876	1.562	1.448	42.976		62.650
Outras	36.454	5.329	3.676	2.710	1.935	4.192		54.297
Provisão para desvios de sinistralidade						2.193		2.193
Provisão para riscos em curso	3.357	1.288	167	220	54	208		5.295
Dívidas por operações de seguro direto	4.734							4.734
Dívidas por operações de resseguro	1.461							1.461
TOTAL PASSIVO	58.256	9.157	5.720	4.492	3.437	49.569	0	130.630
TOTAL ATIVO-PASSIVO	-34.629	278	3.997	12.848	7.279	49.962	38.874	78.608

*Valores apresentados sem desconto.

O aparente *gap* existente no 1.º ano, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

7. Investimentos em filiais e associadas

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Euros		
Entidade	2015	2014
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
TOTAL	21.000.000,00	21.000.000,00

No quadro abaixo apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Euros		
Entidade	2015	2014
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	330.693.134,74	300.233.229,56
Total dos passivos	295.407.054,37	266.310.604,36
Rendimentos	73.751.163,50	84.356.335,00
Resultados	425.450,53	1.488.435,65

7.1. Participação na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000,00 de euros.

7.2. Partes de capital

As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada não foram identificados indícios de imparidade.

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

Euros		
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2015	2014
Caixa e equivalentes	223.704,64	46.718,34
Depósitos à ordem	1.656.859,86	1.667.916,56
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM NO FIM DO EXERCÍCIO	1.880.564,50	1.714.634,90

9. Terrenos e edifícios

9.1. O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo.

9.2. Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na nota 3.

9.4. Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

Exercício de 2015			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,72	5.985.117,17	14.083.844,55
SALDO FINAL	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68

Euros

Exercício de 2014			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.061.562,04	5.572.041,09	14.489.520,95
SALDO FINAL	20.068.961,72	5.985.117,17	14.083.844,55

9.5. Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2015 e 2014:

Euros

Exercício de 2015			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	19.305.054,72	763.907,01	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-307.120,95	307.120,95	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.523.526,40	212.047,25	4.735.573,65
Depreciações	276.685,80	14.758,23	291.444,03
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-79.299,04	79.299,04	0,00
Saldo final	4.720.913,16	306.104,52	5.027.017,68
Imparidades			
Saldo inicial	1.215.383,98	34.159,54	1.249.543,52
Movimento do ano	83.068,91	26.329,94	109.398,85
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-68.138,25	68.138,25	0,00
Saldo final	1.230.314,64	128.627,73	1.358.942,37
Valor líquido			
Saldo inicial	13.566.144,34	517.700,22	14.083.844,56
Saldo Final	13.046.705,97	636.295,71	13.683.001,68

Euros

Exercício de 2014			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	19.641.986,54	419.575,50	20.061.562,04
Aquisições	7.399,68	0,00	7.399,68
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-344.331,51	344.331,51	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	19.305.054,71	763.907,01	20.068.961,72
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.343.690,79	104.326,52	4.448.017,31
Depreciações	275.059,27	12.497,07	287.556,34
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-95.223,66	95.223,66	0,00
Saldo final	4.523.526,40	212.047,25	4.735.573,65
Imparidades			
Saldo inicial	1.124.023,78	0,00	1.124.023,78
Movimento do ano	105.804,48	19.715,26	125.519,74
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-14.444,28	14.444,28	0,00
Saldo final	1.215.383,98	34.159,54	1.249.543,52
Valor líquido			
Saldo inicial	14.174.271,97	315.248,98	14.489.520,95
Saldo final	13.566.144,33	517.700,22	14.083.844,55

9.6. O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	18.997.933,77	5.951.227,80	13.046.705,97	16.780.500,00
De rendimento	1.071.027,96	434.732,25	636.295,71	776.200,00
TOTAL	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68	17.556.700,00

Euros

Exercício de 2014				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
De uso próprio	19.319.498,99	5.753.354,66	13.566.144,33	17.353.400,00
De rendimento	749.462,73	231.762,51	517.700,22	646.200,00
TOTAL	20.068.961,72	5.985.117,17	14.083.844,55	17.999.600,00

9.7. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

Exercício de 2015		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
De uso próprio	0,00	94.193,94
De rendimento	34.770,00	2.304,68
TOTAL	34.770,00	96.498,62

Euros

Exercício de 2014		
Edifício de rendimento	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
De uso próprio	0,00	246.939,07
De rendimento	26.167,59	3.561,34
TOTAL	26.167,59	250.500,41

9.8. À data de 31 de dezembro de 2015, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

9.9. A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

9.10. Em referência a 31 de dezembro de 2015, não existem ativos dados como garantia de passivos.

9.11. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2015, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.12. A Companhia não tem qualquer quantia incluída em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros e relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

10. Outros ativos fixos tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2015					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	119.107,46	28.790,73	0,00	0,00	52.229,89	95.668,30
Máquinas e ferramentas	45.373,56	41.187,64	39,60	0,00	12.345,21	74.176,39
Equipamento informático	26.384,69	25.344,09	0,00	0,00	21.069,50	30.659,28
Instalações interiores	148.185,48	117.500,60	0,00	0,00	40.936,58	224.749,50
Outro equipamento	58.593,60	18.351,38	0,00	0,00	14.997,03	61.947,95
Outros ativos tangíveis	161.584,06	0,00	0,00	0,00	41.255,50	120.328,56
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	920.306,10	60.020,18	0,00	920.306,10	0,00	60.020,18
TOTAL	1.485.604,97	291.194,62	39,60	920.306,10	182.833,71	673.620,18

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2014					
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	97.592,00	58.015,11	0,00	0,00	36.499,65	119.107,46
Máquinas e ferramentas	36.732,12	18.967,17	0,00	0,00	10.325,73	45.373,56
Equipamento informático	48.884,47	10.620,99	0,00	0,00	33.120,77	26.384,69
Instalações interiores	175.626,25	11.975,63	0,00	0,00	39.416,40	148.185,48
Outro equipamento	49.879,49	21.465,15	0,00	0,00	12.751,04	58.593,60
Outros ativos tangíveis	202.839,56	0,00	0,00	0,00	41.255,50	161.584,06
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	847.793,39	310.871,42	0,00	238.358,71	0,00	920.306,10
TOTAL	1.465.417,30	431.915,47	0,00	238.358,71	173.369,09	1.485.604,97

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2015			
Conceito	Seguro direto		
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Outros seguros
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.880.564,50	0,00	1.880.564,50
Ativos financeiros disponíveis para venda	143.654.044,36	58.199.015,33	85.455.029,03
Terrenos e edifícios	17.556.700,00	0,00	17.556.700,00
Outros ativos tangíveis	607.529,98	0,00	607.529,98
Provisões técnicas de resseguro cedido	19.880.711,43	458,81	19.880.252,62
Créditos sobre tomadores de seguros	1.667.909,58	120.032,64	1.547.876,94
Outros ativos	5.535.831,11	387.972,19	5.147.858,92
TOTAL	190.783.290,96	58.707.478,97	132.075.811,99

Euros

Exercício de 2014 (Reexpresso)	
Rubrica	Seguros Não Vida
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.714.634,90
Ativos financeiros disponíveis para venda	145.562.537,08
Terrenos e edifícios	17.999.600,00
Outros ativos tangíveis	111.845,77
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.857.866,04
Créditos sobre tomadores de seguros	2.252.518,27
Outros ativos	5.465.214,92
TOTAL	195.964.216,98

12. Ativos intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Exercício de 2015					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	417.441,85	144.939,19	266.749,78	283.532,02	545.598,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	513.540,20	653.556,32	0,00	1.167.096,52
TOTAL	417.441,85	658.479,39	920.306,10	283.532,02	1.712.695,32

Euros

Exercício de 2014					
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	81.852,62	259.841,84	238.358,71	162.611,32	417.441,85
TOTAL	81.852,62	259.841,84	238.358,71	162.611,32	417.441,85

Os ativos intangíveis em curso correspondem essencialmente ao desenvolvimento de *software* informático interno, o qual encontra-se ainda em fase de desenvolvimento e que se espera que venha a gerar benefícios económicos futuros.



13. Outros ativos, passivos, ajustamentos e provisões

O saldo da rubrica de "Contas a receber por operações de seguro direto" e "Outras operações líquidas de ajustamentos" é decomposto como segue:

Euros

Exercício de 2015			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	9.679.087,13	1.644.139,75	8.034.947,38
Contas de cobrança	8.244.068,39	1.644.139,75	6.599.928,64
Mediadores	343.675,44		343.675,44
Cosseguradoras	1.091.343,30		1.091.343,30
Contas a receber por operações de resseguro	677.283,06	0,00	677.283,06
Contas a receber por outras operações	3.688.026,96	3.029,15	3.684.997,81
Empréstimos ao pessoal	744.272,95		744.272,95
FAT atualizações/alterações	988.805,16		988.805,16
Empresas do grupo – conta-corrente	662.409,59		662.409,59
IDS – conta-corrente	999.408,45		999.408,45
Garantias e cauções	111.765,27		111.765,27
Outros devedores	181.365,54	3.029,15	178.336,39
Total	14.044.397,15	1.647.168,90	12.397.228,25

Os ajustamentos para recibos por cobrar destinam-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e são calculados mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia e aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos em que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.113.201,78	367.097,15	0,00	1.480.298,93
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	318.093,37	0,00	151.223,40	166.869,97
Outras provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

Rubrica	Exercício de 2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Redução	
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.086.825,68	26.376,10	0,00	1.113.201,78
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	336.371,42	0,00	18.278,05	318.093,37
Outras provisões				
Taxas e impostos	23.787,09	56.872,21	0,00	80.659,30

A provisão para taxas e impostos diz respeito ao saldo da conta corrente com a Segurança Social, relativamente aos membros dos órgãos estatutários (EUR 56.872) e relativa ao montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (EUR 23.787).

No que se refere aos outros credores por operações de seguros e outras operações, a desagregação é como segue:

Rubrica	2015	2014
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.733.798,40	4.752.921,88
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	2.442.845,10	1.746.402,89
Mediadores	1.330.627,39	1.666.854,79
Cosseguradoras	821.343,59	1.221.406,03
Outros saldos credores por operações de seguro direto	138.982,32	118.258,17
Contas a pagar por operações de resseguro	1.460.790,75	670.897,67
Contas a pagar por outras operações	2.093.731,70	1.453.016,04
Fornecedores	935.728,91	604.739,79
FAT recebimentos	944.936,33	780.230,16
Outros credores	213.066,46	68.046,09
TOTAL	8.288.320,85	6.876.835,59

O passivo contabilizado com acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	2015	2014
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.345.806,94	1.353.610,36
Subsídio de férias e mês de férias	989.339,34	1.005.489,48
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	356.467,60	348.120,88
Outros acréscimos de gastos	3.398.210,67	3.290.318,27
Incentivos a mediadores	2.404.307,67	2.413.759,67
Trabalhos especializados	195.781,34	314.021,81
Outros acréscimos	798.121,66	562.536,78
TOTAL	4.744.017,61	4.643.928,63

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. A Companhia encerrou o exercício de 2015 reconhecendo, na rubrica de “Ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 99.996.910,96 euros.

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior são totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas.

15. Custos de aquisição

Euros

Custos de aquisição	Exercício 2015	Exercício 2014
Custos imputados	10.609.986,95	9.679.890,51
Comissões de mediação	10.128.171,24	9.365.402,91
Outros	1.446.035,46	1.684.125,47
TOTAL	22.184.193,65	20.729.418,89

15.1. No ponto 3.2.16, são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativo ao seguro direto, contabilizado no exercício de 2015 foi de 10.128.171,24 euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2:

Euros

Rubrica	Exercício de 2015				Total
	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	
Comissões de mediação e corretagem	2.249.226,90	4.947.673,56	16.552,17	2.914.718,61	10.128.171,24

Euros

Rubrica	Exercício de 2014				Total
	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	
Comissões de mediação e corretagem	1.908.543,14	4.691.351,71	136.151,95	2.629.356,11	9.365.402,91

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2015 a 1.446.035,46 euros e no exercício de 2014 a 1.684.125,47 euros.

16. Rendimentos e gastos financeiros

16.1. As políticas de reconhecimento dos créditos estão descritas na nota 3

16.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

16.2.1. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registrados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2015			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.798.936,25		4.798.936,25
De juros de títulos de dívida	4.089.331,67		4.089.331,67
De dividendos de ações	441.695,32		441.695,32
De rendimento custo amortizado	267.909,26		267.909,26
De investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00
De juros de títulos de dívida	0,00		0,00
De rendimento custo amortizado	0,00		0,00
De outros	50,19	34.770,00	34.820,19
De juros de depósitos em bancos	50,19		50,19
De rendas de edifícios de rendimento		34.770,00	34.770,00
TOTAL	4.798.986,44	34.770,00	4.833.756,44

Euros

Exercício de 2014			
Rendimentos/Réditos	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Total
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.275.050,70		5.275.050,70
De juros de títulos de dívida	4.702.876,62		4.702.876,62
De dividendos de ações	356.473,26		356.473,26
De rendimento custo amortizado	215.700,82		215.700,82
De investimentos a deter até à maturidade	99.426,52		99.426,52
De juros de títulos de dívida	87.305,92		87.305,92
De rendimento custo amortizado	12.120,60		12.120,60
De outros	9.430,94	26.167,59	35.598,53
De juros de depósitos em bancos	9.430,94		9.430,94
De rendas de edifícios de rendimento		26.167,59	26.167,59
TOTAL	5.383.908,16	26.167,59	5.410.075,75

16.2.2. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Exercício de 2015			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	697.423,08		697.423,08
Gasto custo amortizado		491.419,11	491.419,11
TOTAL	697.423,08	491.419,11	1.188.842,19

Euros

Exercício de 2014			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	546.550,65		546.550,65
Gasto custo amortizado		429.087,39	429.087,39
TOTAL	546.550,65	429.087,39	975.638,04

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros

Exercício de 2015			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	9.622.290,15	1.081.477,82	8.540.812,33
De títulos de dívida	8.463.755,19	719.694,86	7.744.060,33
De ações	989.342,16	361.782,96	627.559,20
De fundos de investimento	169.192,80	0,00	169.192,80
TOTAL	9.622.290,15	1.081.477,82	8.540.812,33

Euros

Exercício de 2014			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	5.500.001,05	12.866,69	5.487.134,36
De títulos de dívida	5.020.129,84	0,00	5.020.129,84
De ações	475.211,83	12.866,69	462.345,14
De fundos de investimento	4.659,38	0,00	4.659,38
De outros	0,00	0,00	0,00
De terrenos e edifícios	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.500.001,05	12.866,69	5.487.134,36

21. Gastos diversos por função e natureza

21.1. Critério de imputação dos custos e gastos por natureza às funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

21.2. Custos e gastos por natureza e imputados às funções

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Euros

Exercício de 2015				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.241.672,12	8.096.680,67	241.992,88	11.580.345,67
Fornecimentos e serviços externos	1.701.591,02	5.592.513,53	132.199,95	7.426.304,50
Impostos e taxas	211.281,77	533.949,35	16.318,83	761.549,95
Amortizações do exercício	206.977,29	534.945,27	15.887,20	757.809,76
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	3.370,43	3.370,43
Comissões	0,00	0,00	287.653,79	287.653,79
TOTAL	5.361.522,20	14.758.088,82	697.423,08	20.817.034,10

Euros

Exercício de 2014				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	4.103.068,56	7.897.633,66	171.911,50	12.172.613,72
Fornecimentos e serviços externos	2.310.085,51	5.860.084,36	95.655,22	8.265.825,09
Impostos e taxas	211.623,29	405.323,26	8.669,29	625.615,84
Amortizações do exercício	210.371,00	404.423,68	8.742,07	623.536,75
Outras provisões	18.591,00	37.538,76	742,45	56.872,21
Juros suportados	0,00	0,00	1.532,59	1.532,59
Comissões	0,00	0,00	259.297,53	259.297,53
TOTAL	6.853.739,36	14.605.003,72	546.550,65	22.005.293,73

21.3. Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos"

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2015 e de 2014 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Euros

Âmbito	2015	2014
Serviços de revisão legal das contas anuais	32.758,10	46.150,00
Serviços de garantia de fiabilidade	3.650,90	6.500,00
TOTAL	36.409,00	52.650,00

21.4. Desdobramento dos custos por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2015 e 2014:

Euros

Rubrica	2015	2014
Pessoal	11.580.345,67	12.172.613,72
Viagens e relações públicas	1.024.540,39	998.908,03
Imóveis	1.365.750,73	1.458.460,99
Informática	2.151.126,39	2.146.488,60
Publicidade	957.049,63	1.217.268,68
Campanhas comerciais	319.953,25	355.135,84
Serviços profissionais externos	1.441.871,85	1.739.774,03
Outros gastos internos	1.976.396,19	1.916.643,84
TOTAL	20.817.034,10	22.005.293,73

22. Gastos com pessoal

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2015, era de 257, mais cinco do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores	Euros
Dirigente	12	
Diretor	11	
Diretor de Serviços	1	
Gestor	17	
Gestor Comercial	4	
Gestor Operacional	13	
Gestor Técnico	0	
Operacional	211	
Coordenador Operacional	58	
Especialista Operacional	153	
Estagiário (especialista operacional)	0	
Técnico	17	
Técnico	17	
TOTAL	257	

Naremuneração dos órgãos sociais inclui-se apenas remuneração do Administrador-Delegado. Os restantes membros do Conselho de Administração não auferem remuneração por parte da Companhia.

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2015 e 2014, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2015	2014	Euros
Remunerações	8.704.549,74	9.067.997,47	
Dos órgãos sociais	85.342,56	120.746,83	
Do pessoal	8.619.207,18	8.947.250,64	
Encargos sobre remunerações	1.995.903,98	2.104.573,33	
Benefícios pós-emprego	203.022,31	180.149,12	
Planos de contribuição definida	205.184,52	180.668,44	
Planos de benefícios definidos	-2.162,21	-519,32	
Benefícios de cessação de emprego	170.615,88	389.185,74	
Seguros obrigatórios	246.526,08	226.152,66	
Gastos de ação social	29.274,29	33.791,51	
Outros gastos com o pessoal	230.453,39	170.763,89	
TOTAL	11.580.345,67	12.172.613,72	

O Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., é composto por dez membros, sendo que cinco dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros cinco membros são administradores não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebem retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

22.3. A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

1. Conforme o Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2 de 2012, com as alterações publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 2014 e sem prejuízo do descrito a seguir no n.º 2, a Companhia efetuará, anualmente, contribuições para o Plano Individual de Reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Euros

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária*	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 45 de 08.12.2014.

2. A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:

1. No ano de 2012 a conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que esteve em vigor até 14/01/2012; e
2. No ano de 2015, conforme tabela do n.º 1, desta nota.

ii. Para os restantes trabalhadores no ano de 2012.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2015 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Euros

Conceito	2015	2014
Contribuição para o Plano Individual de Reforma para os trabalhadores no ativo	205.184,52	72.218,41
TOTAL	205.184,52	72.218,41

3. A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto Universal Life, com garantia de capital, junto da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 256 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012.

23.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., que não aderiram ao Contrato Coletivo da Atividade Seguradora que entrou em vigor em 15/01/2012 e que preenchem as condições da cláusula 56.^a do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, vigente de 22 de junho de 1995 a 14 de janeiro de 2012, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2015, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de um no ativo e cinco reformados.

Ainda nos termos do anterior Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente a dois colaboradores, um no ativo e outro como pré-reformado.

A quantia da pensão mensal é calculada segundo a fórmula:

$$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60) \text{ em que:}$$

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$; e
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades, a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. que apresenta em 2015 um capital coberto no montante de 67.307,11 euros.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de capital diferido a prêmio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2015				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.900,29
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.292,68
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	5.079,34
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.896,60
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.530,43
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.594,55
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	1.115,64
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.034,28
TOTAL APÓLICES CAPITAL DIFERIDO				37.443,81
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.921,35
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.065,53
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	53.595,10
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	46.278,64
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.859,66
TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA				130.720,28
TOTAL APÓLICES				168.164,09

Exercício de 2014				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.462,19
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.046,88
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	4.535,71
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.586,78
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.260,08
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.210,88
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	996,51
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.183,38
TOTAL APÓLICES CAPITAL DIFERIDO				34.282,41
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	16.298,79
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.415,14
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	55.146,62
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	47.610,72
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.922,32
TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA				134.393,59
TOTAL APÓLICES				168.676,00

e) Responsabilidade passada

Euros

Responsabilidade passada		
Conceito	2015	2014
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	53.926,10	29.757,53
Valor atual serviços passados – reformados	130.720,28	134.393,59
TOTAL	184.646,38	164.151,12

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2015	2014
Valor responsabilidades janeiro	29.757,53	36.251,40
Custo serviço corrente	2.802,52	1.739,01
Custo dos juros	461,24	967,91
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	20.904,81	-9.200,79
Valor responsabilidades dezembro	53.926,10	29.757,53

Euros

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2015	2014
Valor responsabilidades janeiro	134.393,59	138.001,85
Custo dos juros	5.089,08	5.230,89
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.264,57	2.187,81
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	130.720,28	134.393,59

Euros

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2015	2014
Valor responsabilidades janeiro	164.151,12	174.253,25
Custo serviço corrente	2.802,52	1.739,01
Custo dos juros	5.550,32	6.198,80
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	23.169,38	-7.012,98
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	184.646,38	164.151,12

g) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

Apólices capital diferido prêmio único		
Conceito	2015	2014
Valor ativos janeiro	34.282,41	33.243,98
Contribuições empresa	0,00	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	972,47	941,76
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.188,93	96,67
Valor ativos dezembro	37.443,81	34.282,41

Euros

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2015	2014
Valor ativos janeiro	134.393,59	138.001,85
Retorno ativos	5.089,08	5.230,89
Perda atuarial	2.264,57	2.187,81
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	130.720,28	134.393,59

Euros

Total de ativos		
Conceito	2015	2014
Valor ativos janeiro	168.676,00	171.245,83
Contribuições da empresa	0,00	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	6.061,55	6.172,65
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	4.453,50	2.284,48
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	168.164,09	168.676,00

h) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descritos nas alíneas anteriores f) e h), são relevados no balanço nas linhas de "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

i) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Euros

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2015	2014
Custo serviço corrente	2.802,52	1.739,01
Custo dos juros	5.550,32	6.198,80
Retorno ativos	-6.061,55	-6.172,65
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	-9.297,47
Perdas atuariais	27.622,87	0,00
TOTAL	29.914,16	-7.532,30

j) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu, no exercício de 2015, em ganhos e perdas, uma perda de 21.007,17 euros.

k) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- Não se considerou taxa de rotação;
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2015 de 1,44%;
- Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,75% ao ano;
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,75% ao ano;
- Taxa de inflação anual de 1,75%;
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,75%;
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$$

em que,

- P = prestação a pagar pela Companhia;
 - R = último salário efetivo no momento da reforma;
 - N = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
 - S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
 - $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.
- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
 - Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
 - Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,75%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

■ Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2014, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2015.

■ Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

■ Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,55% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2014 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

I) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros

Conceito	2015	2014	2013	2012
Valor das responsabilidades	184.646,38	164.151,12	174.253,25	169.715,79
Valor dos ativos	168.164,09	168.676,00	171.245,83	171.962,13
Excesso/(Insuficiência)	-16.482,29	4.524,88	-3.007,42	2.246,34
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	-23.169,38	7.012,98	-9.262,71	-8.595,11
% sobre responsabilidades	-12,55%	4,27%	-5,32%	-5,06%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	-4.453,50	-2.284,48	-4.087,52	-5.972,82
% sobre ativos	-2,65%	-1,35%	-2,39%	-3,47%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Euros

Demonstração do gasto por imposto	2015	2014
Gasto por imposto:		
Resultado antes de imposto	1.168.264,18	-3.197.920,59
21% do resultado antes de impostos	245.335,48	0,00
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	22.973,76	28.869,54
Créditos incorbráveis não aceites como gastos	28.758,68	222,64
Realizações de utilidade social não dedutíveis	0,00	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	569,97	379,32
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00	0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	238,90	1.673,27
Menos-valias contabilísticas	227.110,34	2.959,34
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	1.814.440,43	1.262.040,90
Donativos não previstos ou além dos limites legais	0,00	1.150,00
Custos extraordinários	129.525,74	73.387,63
Reversão de provisões tributadas	-31.756,91	0,00
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-4.134,93	-18,00
Mais-valias contabilísticas	-2.020.680,93	-1.265.000,24
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-40.008,28	-43.763,68
Benefícios fiscais	-10.516,58	0,00
Dedução de prejuízos fiscais	-253.298,96	0,00
CFEI – Lei n.º 49/2013	0,00	0,00
Derrama	77.195,88	0,00
Tributação autónoma	182.762,80	297.036,18
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	0,00	-61.900,72
TOTAL DE GASTO POR IMPOSTO	368.515,37	297.036,18
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta	-27.654,29	-187.642,50
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	340.861,08	109.393,68

24.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo por impostos diferidos:

Euros

Impostos diferidos	Exercício de 2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-5.491.759,73	0,00	2.485.827,83	0,00	0,00	-3.005.931,90
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	262.404,16	0,00	0,00	-43.357,89	0,00	305.762,05
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	9.483,85	0,00	0,00	-33,85	0,00	9.517,70
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	671.563,32	-295.682,94	0,00	0,00	0,00	375.880,38
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-4.548.308,40	-295.682,94	2.485.827,83	-43.391,74	0,00	-2.314.771,77

Euros

Impostos diferidos	Exercício de 2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-2.383.578,76	0,00	-3.108.180,97	0,00	0,00	-5.491.759,73
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	275.228,79	0,00	0,00	12.824,64	0,00	262.404,16
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rend. variável	11.555,15	0,00	0,00	2.071,30	0,00	9.483,85
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	0,00	671.563,32	0,00	0,00	0,00	671.563,32
Do reconhecimento da reserva revalorização resultante da alteração da classificação contabilística dos títulos da dívida pública portuguesa	18.659,49	0,00	0,00	0,00	18.659,49	0,00
TOTAL	-2.078.135,33	671.563,32	-3.108.180,97	14.895,94	18.659,49	-4.548.308,40

b) Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Euros

Conceito	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Ativos por impostos e taxas	291.115,44	372.723,24
Ativos por impostos (e taxas) correntes	291.115,44	372.723,24
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	5.068.805,63	7.160.190,17
Passivos por impostos (e taxas) correntes	2.754.033,86	2.611.881,76
Passivos por impostos diferidos	2.314.771,77	4.548.308,41

25. Capital

25.1. Indicações sobre o capital social

a) O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2015, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 € cada, repartido da seguinte forma:

Euros

Entidade acionista	2015		2014	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE Espanha, S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Familiar, S.A.)	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

- b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.
- c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.
- d) Em referência a 31 de dezembro de 2015, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

25.2. No exercício 2015 e 2014, não se verificaram transações com os acionistas.

25.3. No exercício de 2015 não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.



26. Reservas

26.1. As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2015 e de 2014 em cada uma das reservas:

Euros

Exercício de 2015				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	24.407.821,00	-11.005.822,78	0,00	13.401.998,22
Ações/Unid. part. fundos invest.	2.493.759,99	-1.470.824,43	0,00	1.022.935,56
Títulos de rendimento fixo	21.914.061,01	-9.534.998,35	0,00	12.379.062,66
Reserva por impostos diferidos	-5.491.759,73	2.485.827,83	0,00	-3.005.931,90
Outras reservas	27.266.859,43	-2.838.289,39	0,00	24.428.570,04
Reserva legal	4.149.121,10	0,00	0,00	4.149.121,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	20.138.190,29	-2.838.289,39	0,00	17.299.900,90
TOTAL	46.182.920,70	-11.358.284,34	0,00	34.824.636,36

Euros

Exercício de 2014				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	9.652.731,69	14.755.089,31	0,00	24.407.821,00
Ações/Unid. Part. fundos invest.	1.870.283,90	623.476,09	0,00	2.493.759,99
Títulos de rendimento fixo	7.782.447,79	14.131.613,22	0,00	21.914.061,01
Reserva por impostos diferidos	-2.364.919,27	-3.126.840,46	0,00	-5.491.759,73
Outras reservas	27.159.637,78	107.221,65	0,00	27.266.859,43
Reserva legal	4.148.461,94	659,16	0,00	4.149.121,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	20.031.627,80	106.562,49	0,00	20.138.190,29
TOTAL	34.447.450,20	11.735.470,50	0,00	46.182.920,70

27. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2015	2014
Resultado líquido atribuído aos acionistas	547.457,63	-2.838.289,39
Número médio de ações	6.635.000	6.635.000
Resultado por ação (em euros)	0,08	-0,43

28. Dividendos por ação

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo, do exercício de 2015, no montante de 547.457,63 euros (quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta sete euros e sessenta e três centavos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 54.745,76 euros
- Reserva livre: 492.711,87 euros

29. Transações entre partes relacionadas

29.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutuality de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975 inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e, nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se na acionista maioritária e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, uma seguradora global com presença em 51 países nos cinco continentes.

- A MAPFRE é a maior seguradora espanhola no mundo, a décima seguradora da Europa, e está implementada em praticamente todos os países da América Latina – região onde é o segundo grupo segurador e líder nos ramos Não Vida, nos Estados Unidos da América – onde está no Top 20 das seguradoras do ramo Automóvel – na Alemanha, Filipinas, Itália, Malta, Portugal e Turquia;
- Na atividade de Assistência, é a terceira seguradora mundial;
- A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 15 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 34 milhões de clientes, 38.000 empregados, 5.800 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 80.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid e Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Espanha, S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Familiar, S.A.), que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

29.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão. No quadro abaixo apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE	
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração	
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE Global Risks (antes MAPFRE Empresas); Reinsurance Management Inc.; MAPFRE Asistencia; Compagnie Internationale d'Assurances et de Reassurances, Société Anonyme (C.I.A.R); Aseguradores de Riesgos Nucleares A.I.E. (ARN)	
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.	
António Manuel Cardoso Belo	MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.	
António Luís de Azevedo Portela	Bial, S.A.	
Ignacio Baeza Gómez	MAPFRE Vida; MAPFRE Familiar; MAPFRE, S.A.; MAPFRE Vida Pensiones; MAPFRE Inversión II; Ascat Vida; Ascat Seguros Generales; MAPFRE Internacional; MAPFRE Asistencia	
Javier del Rio Martin		
José Luis Catalinas Calleja		
José Luis Joló Marín	Eco – Ecoenergias del Guadiana, S.A.	
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida	
Miguel Pedro Caetano Ramos	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.; Toyota Caetano Portugal, S.A.; Ibericar (Retail Espanha); Caetano Retail (Retail Portugal); SC Auto Africa; SC Industria; Global Watt.	

29.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas, saldos dos exercícios de 2015 e de 2014, com todas as outras entidades relacionadas:

Conceito	Milhares de euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2015	2014	2015	2014
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	1.273	584	429	491
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	0	37	2	0
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	174	156	0	0
TOTAL	1.447	776	430	491

Milhares de euros

Conceito	Operações gerais	
	2015	2014
Créditos e dívidas	662	561
Depósitos	194	10
TOTAL	857	571

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

Em outubro de 2015, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. contraiu um empréstimo junto da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A. pelo montante de 1.000.000 €, com vencimento a 31 de dezembro de 2015 e com uma taxa de juro de 1,70% somando-lhe a taxa Euribor a três meses.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2015	2014
Prémios adquiridos	17.286	17.234
Sinistros recebidos	10.715	11.140
Variação de provisões técnicas	-2.849	791
Comissões	2.575	2.536
Juros sobre depósitos	1	2

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2015	2014
Créditos e dívidas	-457	1.006
Depósitos	-26	-28
Provisões técnicas	19.348	22.023
TOTAL	18.864	23.000

Do valor total em risco, um montante de 2.277.000,00 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 26.198,38 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Entidade	Tipo de relação/ transação	Saldo em	Saldo em	Operações de resseguro				Outras operações	
		31.12.2015	31.12.2015	Ganhos e perdas				Ganhos e perdas	
Em Portugal		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro						
MAPFRE - Seguros de Vida	Seguradora/ Segurado							334.265,53	36.450,00
	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	2.358,00						2.392,27	3.639,12
MAPFRE Assistência	Seguradora/ Segurado								39.965,46
	Resseguradora Proprietário/ Arrendatário		-332.760,92	3.615.580,47	1.002,09	3.500.622,73			16.316,84
Iberoassistência	Prestação serviços assistência/Apoio telefónico	-6.040,27						198.371,66	
	Seguradora/ Segurado								17.942,65
MAPFRE RE – Portugal	Prestação serviços unidade segurança								3.923,69
	Resseguradora		-29.397,25	179.766,28	39.460,54	8.769,82			1.270,40
Em Espanha		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
Solunion Seguros (EX-MCC)	Resseguradora		-69.457,55	0,00	-65.632,43	-164.576,90			
MAPFRE Familiar	Regularização de sinistros – pagamentos/reembolsos em Portugal								237.688,86
	Resseguradora		-8.433,53	900.004,94	115.504,63	880.473,97			
MAPFRE Soft	Prestação serviços no âmbito informático							144.295,41	
MAPFRE Vida	Seguradora/ Segurado								14.957,78
	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	145,88						106.094,42	
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE							173.857,89	

(Continua)

(Continuação)

Euros

Em Espanha		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
	Seguradora/ Segurado								29.114,29
MAPFRE Global Risks	Representante fiscal (em Portugal)	56.004,20							
	Resseguradora		-618.765,25	3.893.747,62	552.753,13	2.043.012,67			
MAPFRE España S.A.	Resseguradora	609.680,94						44.561,05	
MAPFRE RE – Espanha	Seguradora/ segurado								29.114,29
	Resseguradora		576.768,43	7.371.596,48	1.578.956,72	1.681.662,35	978,16		
MAPFRE S.A.	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente							17.435,15	
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida, S.A.	Realização estudos atuariais							1.300,00	
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático							424.038,90	
MAPFRE Seguros de Empresa, S.A.	Representante fiscal (em Portugal)							19,54	
	Resseguradora	260,84	24.580,06	1.325.403,25	353.198,63	-84.439,52			
	TOTAL	662.409,59	-457.466,01	17.286.099,04	2.575.243,31	7.865.525,11	978,16	1.446.631,82	430.383,38

31. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

Não se registaram eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

34. Elementos extrapatrimoniais

A Companhia detém no final de 2015, o valor de 261.131,96 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros.

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor até ao ano de 2019, fluxos futuros contratualizados no valor de 289.794,81 euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Milhares de euros

Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2016	2017	2018	2019
<i>Leasing</i> operacional com viaturas	121.261,05	99.080,10	57.014,16	12.439,50
TOTAL	121.261,05	99.080,10	57.014,16	12.439,50

Adicionalmente tal como mencionado na nota 29, a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.277.000,00 euros.



37. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Interpretações que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015

IFRIC 21 – TAXAS

A IFRIC 21 é uma interpretação da IAS 37, essencialmente relativa ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento – IRC) corresponde ao exigido/regulamentado na legislação relevante que obriga ao pagamento.

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo Governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 634/2014 de 13 de junho.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 17 de junho de 2014.

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2015

Ciclo anual de melhorias 2011-2013

IFRS 1 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS IFRS

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

IFRS 3 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A melhoria à IFRS 3 clarifica que este normativo não se aplica à contabilização inicial de um acordo conjunto, constituído no âmbito da IFRS 11 – Acordos conjuntos, nas Demonstrações

Financeiras do próprio Acordo Conjunto. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

IFRS 13 – JUSTO VALOR: MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

IAS 40 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 1361/2014 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2015.

Alterações endossadas pela UE mas ainda não efetivas

Ciclo anual de melhorias 2010-2012

IFRS 2 – PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IFRS 3 – CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IFRS 8 – SEGMENTOS OPERACIONAIS

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IFRS 13 – JUSTO VALOR: MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IAS 16 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E IAS 38 – ATIVOS INTANGÍVEIS

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IAS 24 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal-chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/28 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

ALTERAÇÃO À IAS 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS – CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo, uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/29 de 17 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de fevereiro de 2015.

IAS 16 E IAS 38 – MÉTODOS DE CÁLCULO DE AMORTIZAÇÃO E DEPRECIÇÃO PERMITIDOS

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são, regra geral, consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2231 de 2 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IAS 16 E IAS 41 – AGRICULTURA: PLANTAS QUE PRODUZEM ATIVOS BIOLÓGICOS CONSUMÍVEIS

A alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para a IAS 16 – Ativos tangíveis, com o conseqüente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2113 de 23 de novembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IFRS 11 – CONTABILIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE INTERESSE NUMA OPERAÇÃO CONJUNTA

Esta alteração introduz uma orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2173 de 24 de novembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

ALTERAÇÃO À IAS 1 – REVISÃO ÀS DIVULGAÇÕES

Esta alteração à IAS 1 resulta de um projeto de revisão às divulgações das IFRS e refere-se a materialidade e agregação e à apresentação de subtotais nas demonstrações financeiras IFRS.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2406 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IAS 27 – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2441 de 18 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Ciclo anual de melhorias 2012-2014

IFRS 5 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração de resultados ou na demonstração de rendimento integral.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IFRS 7 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: DIVULGAÇÕES

As alterações à IFRS 7 clarifica – adicionando orientação de aplicação adicional – quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

Adicionalmente a presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 – compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessários em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IAS 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada a nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

IAS 34 – RELATO FINANCEIRO INTERCALAR

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Regulamento (CE) N.º 2015/2343 de 15 de dezembro.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016.

Alterações às normas ainda não endossadas pela UE

IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (A IFRS 9 SUBSTITUI A IAS 39 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em Outro Rendimento Integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Pendente de endosso.

Data de eficácia

Data estimada, 1 de janeiro de 2018.

IFRS 15 – RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Pendente de endosso.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 16 – LOCAÇÕES

A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

Regulamento de Endosso pela União Europeia

Pendente de endosso.

Data de eficácia

Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019.

Novas decisões tomadas pela UE, quanto a normas já publicadas

O IASB decidiu iniciar um projeto que visa desenvolver uma norma, que permita dar resposta às questões contabilísticas (complexas e fundamentais) levantadas/colocadas pelas entidades que exploram Atividades Reguladas.

Dadas as implicações e alcance dos temas em questão, o IASB está a desenvolver um *research project*, o qual tem enfoque nas características mais críticas das Atividades Reguladas (pretende-se, por exemplo, apresentar uma definição clara dos direitos e obrigações inerentes a estas atividades, distinguindo-as dos direitos e obrigações de Atividades Não Reguladas).

Este projeto deu origem a uma norma interina, emitida pelo IASB em janeiro de 2014, a IFRS 14 – Desvios Tarifários, a qual incorpora orientações contabilísticas de curto-prazo para os adotantes pela primeira vez das IFRS, aplicáveis até à conclusão do projeto.

A UE, contudo, pronunciou-se negativamente sobre a adoção deste normativo, em outubro de 2015. A Comissão Europeia decidiu não propor a adoção desta norma, dado o número reduzido de entidades às quais a IFRS 14 se aplicaria atualmente. Este órgão da UE irá tomar as devidas considerações, aquando da emissão da norma final.

Lisboa, 07 de março de 2016

António Belo
Administrador-Delegado

Manuela Mendes
(A Contabilista Certificada)

O Conselho de Administração

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
(Presidente)

José Manuel Inchausti Pérez
(Vice-Presidente)

António Manuel Cardoso Belo
(Vogal/Administrador Delegado)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.1.

(2015)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	TOTAL 1.							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
Subtotal								
2.1.1.2. Títulos de participação								
Subtotal								
2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento								
Subtotal								
2.1.1.4. Outros								
Subtotal								
Subtotal 2.1.1.								
2.1.2. Títulos de dívida								
2.1.2.1. De dívida pública								
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		3.500.000,00	3.988.237,50	112,23	3.928.150,00	116,56	4.079.538,73
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		1.475.000,00	1.662.926,81	82,25	1.213.175,75	115,49	1.703.422,81
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		420.000,00	521.630,08	122,56	514.747,80	129,15	542.434,46
Subtotal			5.395.000,00	6.172.794,39		5.656.073,55		6.325.396,00
2.1.2.2. De outros emissores públicos								
Subtotal								
2.1.2.3. De outros emissores								
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS SA – 3,875 12/2016		3.000.000,00	3.103.444,65	95,47	2.864.144,39	103,72	3.111.702,84
Subtotal			0	3.000.000,00	3.103.444,65	2.864.144		3.111.703
Subtotal 2.1.2.			0	8.395.000,00	9.276.239,04	8.520.217,94		9.437.098,84
Subtotal 2.1.			0	8.395.000,00	9.276.239,04	8.520.217,94		9.437.098,84
2.2. Títulos estrangeiros								
2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1. Ações								
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	35.216		587.755,04	14,26	502.251,24	16,69	587.755,04
DE0007164600	SAP SE	6.988		512.779,44	59,14	413.250,14	73,38	512.779,44
DE0007236101	SIEMENS AG	4.850		435.918,00	80,80	391.893,68	89,88	435.918,00
DE0008404005	ALLIANZ SE	428		69.999,40	113,23	48.460,73	163,55	69.999,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750		138.412,50	140,24	105.178,38	184,55	138.412,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	440		50.952,00	55,84	24.570,85	115,80	50.952,00
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	6.684		96.316,44	11,11	74.229,39	14,41	96.316,44
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	141.300		952.220,70	7,62	1.076.076,66	6,74	952.220,70
ES0113679137	BANKINTER	4.077		26.679,88	2,76	11.264,60	6,54	26.679,88
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	227.901		1.038.772,75	5,28	1.204.230,55	4,56	1.038.772,75
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.279		136.954,38	18,82	136.959,10	18,81	136.954,38
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.215		53.877,83	9,43	58.615,88	8,67	53.877,83
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.510		78.992,44	5,44	78.865,43	5,44	78.992,44
ES0130960018	ENAGAS	9.523		247.598,00	23,37	222.599,81	26,00	247.598,00
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	159.815		1.046.788,25	4,46	713.172,92	6,55	1.046.788,25
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.563		177.299,44	26,28	172.447,30	27,01	177.299,44
ES0173093115	RED ELECTRICA CORPORACIÓN S.A.	662		51.046,82	52,76	34.928,36	77,11	51.046,82
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	37.748		382.009,76	11,95	451.161,51	10,12	382.009,76
ES0178430049	TELEFONICA, S.A.	4.503		46.088,20	12,04	54.213,26	10,23	46.088,20
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	153.104		1.567.019,44	11,66	1.784.497,82	10,24	1.567.019,44
ES0673516979	REPSOL YPF, S.A.	37.748		17.326,33	0,47	17.590,56	0,46	17.326,33
FR0000120172	CARREFOUR SA	20.615		549.389,75	25,94	534.669,43	26,65	549.389,75
FR0000120271	TOTAL SA	27.943		1.153.067,89	41,63	1.163.319,96	41,26	1.153.067,89
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	2.662		209.233,20	65,36	173.990,52	78,60	209.233,20
FR0000120644	DANONE S.A.	5.824		362.718,72	53,55	311.886,04	62,28	362.718,72
FR0000125486	VINCI S.A.	6.949		410.963,86	48,08	334.100,87	59,14	410.963,86
FR0000127771	VIVENDI S.A.	17.114		339.884,04	16,41	280.837,50	19,86	339.884,04
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	15.513		810.243,99	45,03	698.532,30	52,23	810.243,99
FR0000133308	ORANGE S.A.	32.574		504.408,39	12,42	404.428,13	15,49	504.408,39

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0010208488	ENGIE S.A.	38.472		628.055,40	17,86	687.075,11	16,33	628.055,40
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	12.315		259.784,92	23,86	293.838,33	21,09	259.784,92
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	80.233		312.266,83	3,77	302.468,72	3,89	312.266,83
IT0003132476	ENI SPA	40.603		560.321,40	16,13	654.921,07	13,80	560.321,40
NL0000009355	UNILEVER PLC	15.293		613.325,76	31,66	484.106,95	40,10	613.325,76
CH0012005267	NOVARTIS AG	6.651		530.734,87	76,52	508.903,31	79,80	530.734,87
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.619		411.391,99	218,05	353.027,84	254,10	411.391,99
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.348		229.458,44	59,81	200.227,67	68,54	229.458,44
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	11.165		81.293,15	8,13	90.816,90	7,28	81.293,15
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	10.638		198.334,82	19,04	202.501,60	18,64	198.334,82
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	46.433		139.343,72	2,46	114.177,14	3,00	139.343,72
	Subtotal	1.262.268		16.019.028,18		15.370.287,56		16.019.028,18
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173		96.325,41	6,16	75.000,00	7,91	96.325,41
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	15.179		153.879,67	6,00	91.000,00	10,14	153.879,67
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601		581.162,87	24,06	495.764,15	28,21	581.162,87
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.087		981.501,66	265,41	819.211,41	317,99	981.501,66
	Subtotal	51.040		1.812.870		1.480.976		1.812.870
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.313.308		17.831.897,79		16.851.263,12		17.831.897,79
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025		5.250.000,00	6.612.902,18	131,43	6.900.325,34	127,93	6.716.288,45
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021		165.000,00	205.357,44	120,68	199.120,24	128,16	211.457,03
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026		4.850.000,00	6.720.270,30	139,81	6.780.785,00	141,06	6.841.454,04
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044		11.775.000,00	16.695.726,69	143,70	16.920.825,00	142,66	16.798.452,31
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037		3.000.000,00	3.696.509,27	126,10	3.783.000,00	127,07	3.812.153,11
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	1.843.584,80	99,33	1.490.010,00	123,93	1.858.953,65
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	4.206.154,88	77,46	2.401.310,84	137,76	4.270.484,11
ES0000012157	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	16.029.391,25	87,25	10.557.679,40	134,46	16.270.234,15
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016		1.500.000,00	1.554.258,10	101,54	1.523.130,00	104,34	1.565.057,28
ES00000123U9	TESORO PUBLICO 5,4 1/2023		6.001.000,00	7.688.851,71	100,04	6.003.460,41	133,08	7.986.271,13
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	978.317,41	101,95	815.593,98	123,04	984.280,25
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024		850.000,00	928.550,91	103,56	880.260,00	109,71	932.510,61
ES00000127A2	TESORO PUBLICO 1,95 7/2030		2.500.000,00	2.389.012,70	104,74	2.618.381,35	96,39	2.409.658,19
ES0000012965	TESORO PUBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	1.246.804,19	25,60	491.008,00	65,01	1.246.804,19
	Subtotal		55.309.000,00	70.795.691,83		61.364.890		71.904.059
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	1.871.393,19	97,80	1.467.000,00	129,43	1.941.516,14
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	1.454.483,86	99,87	1.398.138,00	104,16	1.458.213,37
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	339.834,18	99,67	269.103,60	130,77	353.068,61
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		2.480.000,00	2.910.928,88	99,41	2.465.417,60	120,57	2.990.105,93
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016		1.600.000,00	1.640.661,01	99,96	1.599.381,18	105,00	1.680.005,27
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	2.229.166,54	99,61	2.041.923,00	111,43	2.284.281,29
	Subtotal	0	9.300.000,00	10.446.467,66		9.240.963,38		10.707.190,61
	2.2.2.3. De outros emissores							
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK) 1,125 3/2018		250.000,00	255.265,89	99,38	248.452,50	102,97	257.425,21

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE000DB7XHMO	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,501 4/2019		2.600.000,00	2.590.514,73	100,30	2.607.800,00	99,74	2.593.337,03
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	955.573,80	95,74	861.660,00	108,16	973.401,67
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017		500.000,00	532.859,16	100,05	500.250,00	106,83	534.150,14
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017		1.200.000,00	1.258.304,34	99,90	1.198.800,00	108,07	1.296.849,42
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017		1.500.000,00	1.581.835,55	99,82	1.497.240,00	106,53	1.597.901,12
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016		700.000,00	696.453,78	100,05	700.350,00	103,89	727.222,28
FRO013060209	RESEAU DE TRANSPORT 1,625 11/2025		600.000,00	595.834,94	99,60	597.612,00	99,46	596.767,32
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 6,934 4/2018		700.000,00	785.755,17	102,67	718.710,00	117,31	821.164,04
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	772.545,62	109,05	654.300,00	132,28	793.650,62
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	596.516,05	100,05	550.275,00	111,82	614.986,88
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	327.351,92	99,65	298.950,00	112,65	337.942,08
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	127.561,51	126,90	126.900,00	133,40	133.400,55
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 1 12/2023		650.000,00	602.997,54	63,80	414.700,00	92,83	603.376,71
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	478.250,21	120,70	482.800,00	123,97	495.881,99
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.550.000,00	1.854.471,01	109,78	1.701.528,00	121,76	1.887.249,70
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	353.989,20	118,01	354.030,00	121,72	365.172,42
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	110.457,85	107,09	107.090,00	114,68	114.678,40
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	568.673,42	101,45	507.250,00	117,60	588.002,19
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017		840.000,00	876.758,10	105,52	886.354,70	107,64	904.135,77
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022		250.000,00	279.976,48	99,55	248.880,00	113,22	283.047,69
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016		1.500.000,00	1.514.883,73	106,67	1.600.115,24	104,61	1.569.094,80
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	326.653,87	99,90	299.685,00	111,12	333.363,80
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	1.554.934,36	107,82	1.563.390,00	109,43	1.586.731,31
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	1.578.869,53	100,13	1.521.912,40	105,70	1.606.666,79
XS1069282827	BNP PARIBAS SA – PARIS 0,458 5/2019		1.900.000,00	1.912.547,36	100,85	1.916.150,00	100,71	1.913.562,59
XS1130526780	AUSTRALIA & N. ZEALAND BANKING 0,336 10/2019		2.400.000,00	2.391.694,80	99,99	2.399.760,00	99,71	2.393.150,80
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	2.019.227,47	99,55	1.991.020,00	101,01	2.020.252,06
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025		100.000,00	94.196,58	99,09	99.093,00	96,17	96.170,62
XS1246144650	INTESA SANPAOLO SPA 0,922 6/2020		300.000,00	301.604,60	99,90	299.706,00	100,58	301.735,22
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,367 9/2020		1.300.000,00	1.296.990,35	100,05	1.300.650,00	99,79	1.297.308,42
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		300.000,00	300.692,42	100,22	300.660,00	100,60	301.798,98
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		800.000,00	803.626,56	99,31	794.480,00	100,65	805.224,92
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	697.104,85	99,51	696.563,00	99,68	697.757,04
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA 4,75 1/2017		1.600.000,00	1.679.766,12	99,59	1.593.372,71	109,44	1.750.977,08
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016		550.000,00	556.788,28	99,96	549.789,06	105,50	580.260,96
	Subtotal		31.810.000,00	33.231.527,15		32.190.278,61	3.901,22	33.773.798,62
	Subtotal 2.2.2.		96.419.000,00	114.473.686,64		102.796.131,55		116.385.047,73
	Subtotal 2.2.	1.313.308	96.419.000,00	132.305.584,43		119.647.394,67		134.216.945,52
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	TOTAL 2	1.313.308	104.814.000,00	141.581.823,47		128.167.612,61		143.654.044,36
	TOTAL GERAL	1.313.308	104.814.000,00	141.581.823,47		128.167.612,61		143.654.044,36

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Inventário de participações e instrumentos financeiros

Anexo 1.2.

(2014)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	TOTAL 1							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTELOE0010	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,35 10/2017	3.000.000	3.000.000,00			2.966.610,00		3.309.034,16
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019	500.000	500.000,00			500.080,00		584.175,96
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021	1.475.000	1.475.000,00			1.213.175,75		1.679.976,28
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024	420.000	420.000,00			514.747,80		541.627,16
	Subtotal	5.395.000	5.395.000,00			5.194.613,55		6.114.813,56
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS LISBO 3,875 12/2016	3.000.000	3.000.000,00			2.864.144,39		3.210.612,16
	Subtotal	3.000.000	3.000.000,00			2.864.144		3.210.612
	Subtotal 2.1.2.	8.395.000	8.395.000,00			8.058.757,94		9.325.425,72
	Subtotal 2.1.	8.395.000	8.395.000,00			8.058.757,94		9.325.425,72
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. Ações							
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	17.566			10,09	177.169,74	13,25	232.749,50
DE0007164600	SAP SE	4.263			56,79	242.074,87	58,26	248.362,38
DE0007236101	SIEMENS AG	3.218			71,45	229.920,21	93,75	301.687,50
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	137,35	58.785,80
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.878			128,87	242.022,76	165,75	311.278,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	1.528			55,84	85.327,79	113,00	172.664,00
DE000ENAG999	E.ON SE	11.470			13,64	156.418,54	14,20	162.816,65
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	18.924			11,66	220.672,36	16,43	310.921,32
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	89.094			7,32	652.239,43	7,85	699.744,27
ES0113679137	BANKINTER	13.834			2,76	38.222,79	6,70	92.701,63
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	166.536			5,23	871.413,35	7,00	1.165.085,85
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	6.739			12,33	83.119,00	20,81	140.238,59
ES0130960018	ENAGAS	8.597			14,40	123.835,39	26,18	225.112,44
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	153.447			4,15	636.253,06	5,60	858.842,85
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	13.315			19,40	258.354,74	28,97	385.735,55

* Inclui o valor dos juros decorridos

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.265			52,76	66.743,76	73,21	92.610,65
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	49.712			15,72	781.528,73	15,55	772.773,04
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	139.161			12,05	1.676.890,63	11,92	1.658.799,12
ES0613211996	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	89.094			0,08	7.127,52	0,08	7.038,42
ES0673516953	REPSOL YPF, S.A.	49.712			0,47	23.464,06	0,46	22.718,38
FR0000120172	CARREFOUR SA	11.793			24,26	286.120,76	25,30	298.362,90
FR0000120271	TOTAL SA	18.006			39,54	711.911,22	42,52	765.615,12
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	2.505			50,63	126.840,66	75,66	189.528,30
FR0000120644	GROUPE DANONE	4.378			50,94	223.023,06	54,45	238.382,10
FR0000125486	VINCI S.A.	4.207			44,18	185.881,69	45,51	191.460,57
FR0000127771	VIVENDI SA	17.775			16,06	285.513,15	20,69	367.764,75
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	9.762			40,88	399.111,02	49,26	480.876,12
FR0000133308	ORANGE SA	18.178			8,80	159.941,22	14,15	257.218,70
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	25.864			17,96	464.451,98	19,43	502.537,52
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	40.346			3,49	140.850,40	3,70	149.118,81
IT0003132476	ENI SPA	22.115			16,97	375.359,48	14,51	320.888,65
NL0000009355	UNILEVER PLC	13.044			30,35	395.860,98	32,64	425.756,16
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	4.253			46,03	195.760,41	76,79	326.588,04
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.188			141,20	167.749,05	224,42	266.616,67
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.456			47,23	163.224,92	60,66	209.636,55
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.666			8,62	48.825,12	7,81	44.276,87
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	7.240			17,78	128.727,76	17,67	127.916,15
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	31.118			1,62	50.405,25	2,86	88.961,62
	Subtotal	1.080.675			1.214,80	11.130.817,59	1.604,34	13.172.172,04
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173			6,16	75.000,00	7,13	86.820,05
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI	15.179			6,00	91.000,00	9,44	143.336,60
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601			24,06	495.764,15	28,42	585.501,15
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	293,45	903.350,69
	Subtotal	51.031			247	1.311.764	338	1.719.008
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.131.706			1.462,17	12.442.581,74	1.942,79	14.891.180,53
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040	3.100.000	3.100.000,00			2.401.310,84		4.353.895,08
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041	21.600.000	21.600.000,00			18.846.766,50		29.434.519,45
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021	1.830.000	1.830.000,00			2.185.405,61		2.396.614,52
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.523.130,00		1.616.673,62
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023	800.000	800.000,00			815.593,98		1.002.005,96
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044	1.500.000	1.500.000,00			2.080.065,00		2.164.642,82
ES00000123U9	TESORO PUBLICO 5,4 1/2023	7.501.000	7.501.000,00			7.587.786,42		10.200.274,03
ES0000012965	TESORO PUBLICO 100 1/2032	5.418.000	5.418.000,00			1.387.008,00		3.431.053,81
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020	1.500.000	1.500.000,00			1.490.010,00		1.894.661,33
ES00000121G2	TESORO PUBLICO 4,8 1/2024	900.000	900.000,00			1.132.947,00		1.192.567,82
ES00000124C5	TESORO PUBLICO 5,15 10/2028	5.000.000	5.000.000,00			6.285.235,00		6.759.253,99
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024	9.950.000	9.950.000,00			10.601.980,00		11.027.386,66
ES00000126V0	TESORO PUBLICO 0,5 10/2017	3.380.000	3.380.000,00			3.366.851,80		3.378.506,80
	Subtotal	63.979.000	63.979.000,00			59.704.090		78.852.056
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021	270.000	270.000,00			269.103,60		361.857,17
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016	1.600.000	1.600.000,00			1.599.381,18		1.747.373,75

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021	1.500.000	1.500.000,00			1.467.000,00		1.996.786,90
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018	1.400.000	1.400.000,00			1.398.138,00		1.466.240,40
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020	2.480.000	2.480.000,00			2.465.417,60		3.040.969,48
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018	2.050.000	2.050.000,00			2.041.923,00		2.323.499,83
	Subtotal	9.300.000	9.300.000,00			9.240.963,38		10.936.727,53
	2.2.2.3. De outros emissores							
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016	550.000	550.000,00			549.789,06		607.434,34
XS0733696495	REPSOLINTL.FINANCE4,8752/2019	100.000	100.000,00			107.090,00		119.656,26
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP. 1,875 1/2019	1.520.000	1.520.000,00			1.521.912,40		1.622.910,49
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018	250.000	250.000,00			248.452,50		258.790,29
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018	900.000	900.000,00			861.660,00		990.633,39
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017	500.000	500.000,00			500.250,00		548.127,40
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA 4,75 1/2017	1.600.000	1.600.000,00			1.593.372,71		1.819.854,17
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017	1.200.000	1.200.000,00			1.198.800,00		1.338.909,15
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017	1.500.000	1.500.000,00			1.497.240,00		1.636.546,02
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016	700.000	700.000,00			700.350,00		775.960,59
ES0414970212	CAIXABANK S.A. 3,25 10/2015	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.340.114,25
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 6,934 4/2018	700.000	700.000,00			718.710,00		844.114,98
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023	600.000	600.000,00			654.300,00		816.988,62
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018	550.000	550.000,00			550.275,00		628.352,14
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018	300.000	300.000,00			298.950,00		346.181,33
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE 6,25 1/2021	100.000	100.000,00			126.900,00		138.355,88
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 1 12/2023	650.000	650.000,00			414.700,00		604.683,98
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020	1.550.000	1.550.000,00			1.701.528,00		1.947.568,09
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020	500.000	500.000,00			507.250,00		604.433,18
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017	840.000	840.000,00			886.354,70		932.666,07
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022	250.000	250.000,00			248.880,00		292.671,98
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021	300.000	300.000,00			299.685,00		340.710,07
DE000DB7XHM0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,632 4/2019	3.000.000	3.000.000,00			3.009.000,00		3.010.220,96
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016	1.500.000	1.500.000,00			1.600.115,24		1.630.064,24
XS1069282827	BNP PARIBAS SA – PARIS 0,631 5/2019	2.500.000	2.500.000,00			2.521.250,00		2.523.199,48
XS1109333986	LLOYDS BANK PLC 0,532 9/2019	1.000.000	1.000.000,00			999.000,00		1.000.550,50
XS1130526780	AUSTRALIA & N. ZEALAND BANKING 0,485 10/2019	2.500.000	2.500.000,00			2.499.750,00		2.500.945,16
XS1139303736	DANSKE BANK A/S 0,43 11/2018	320.000	320.000,00			319.744,00		319.747,81
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC 0,625 12/2019	2.000.000	2.000.000,00			1.991.020,00		2.016.756,59
	Subtotal	29.280.000	29.280.000,00			29.415.148,61		31.557.147,41
	Subtotal 2.2.2.	102.559.000	102.559.000,00			98.360.202,14		121.345.930,83
	Subtotal 2.2.	103.690.706	102.559.000,00		1.462,17	110.802.783,88		136.237.111,36
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	TOTAL 2	112.085.706	110.954.000,00		1.462,17	118.861.541,82		145.562.537,08
	TOTAL GERAL	112.085.706	110.954.000,00		1.462,17	118.861.541,82		145.562.537,08

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Anexo 2.1.

(2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	96.995.491,10	28.968.690,09	66.714.268,45	-1.312.532,56
Acidentes e Doença	37.243.779,37	9.659.346,89	34.265.239,10	6.680.806,62
Acidentes de Trabalho	36.848.629,53	9.347.774,96	34.110.967,45	6.610.112,88
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	384.136,67	285.529,72	153.971,65	55.364,70
Doença	11.013,17	26.042,21	300,00	15.329,04
Incêndio e Outros Danos	6.728.235,08	2.618.206,44	3.658.958,87	-451.069,77
Automóvel	38.344.494,99	11.804.031,41	21.887.721,77	-4.652.741,81
Responsabilidade Civil	32.631.197,25	9.001.299,07	20.336.990,19	-3.292.907,99
Outras Coberturas	5.713.297,74	2.802.732,34	1.550.731,58	-1.359.833,82
Marítimo e Transportes	242.126,23	74.747,11	-5.199,47	-172.578,59
Mercadorias Transportadas	291.785,33	76.333,49	245.729,32	30.277,48
Responsabilidade Civil Geral	6.635.227,99	1.172.839,19	3.955.685,47	-1.506.703,33
Crédito e Caução	6.337.096,79	2.866.170,43	2.497.273,91	-973.652,45
Proteção Jurídica	226.281,86	99.797,72	138.243,42	11.759,28
Diversos	946.463,46	597.217,41	70.616,04	-278.630,01
TOTAL	96.995.491,10	28.968.690,09	66.714.268,45	-1.312.532,56

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

Anexo 2.2.

(2014)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2013 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2014 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida				
Não Vida				
Acidentes e Doença	33.544.981,01	8.430.111,25	29.203.501,06	4.088.631,30
Incêndio e Outros Danos	7.723.007,99	3.216.764,02	3.426.937,79	-1.079.306,18
Automóvel				
Responsabilidade Civil	34.018.609,01	10.328.102,06	22.424.884,90	-1.265.622,05
Outras Coberturas	4.380.096,57	2.725.062,80	2.051.643,06	396.609,29
Marítimo, Aéreo e Transportes	497.567,97	259.038,63	154.225,60	-84.303,74
Responsabilidade Civil Geral	5.703.258,55	219.990,23	4.431.535,39	-1.051.732,93
Crédito e Caução	7.181.444,98	674.215,03	5.286.568,78	-1.220.661,17
Proteção Jurídica	147.793,73	134.519,36	128.726,19	115.451,82
Assistência				0,00
Diversos	287.098,31	14.357,16	40.889,98	-231.851,17
TOTAL NÃO VIDA	93.483.858,12	26.002.160,54	67.148.912,75	-332.784,83
TOTAL GERAL	93.483.858,12	26.002.160,54	67.148.912,75	-332.784,83

* Sinistros ocorridos no ano 2013 e anteriores.

Discriminação dos custos com sinistros

Anexo 3.1.

(2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Varição da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto	68.970.988,06	5.361.522,20	999.985,79	75.332.496,05
Acidentes e Doença	19.142.521,26	1.300.708,55	7.041.830,25	27.485.060,06
Acidentes de Trabalho	18.252.289,41	1.059.783,17	6.849.979,30	26.162.051,88
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	592.201,99	96.435,07	92.017,98	780.655,04
Doença	298.029,86	144.490,31	99.832,97	542.353,14
Incêndio e Outros Danos	5.941.210,61	422.881,99	1.817.347,49	8.181.440,09
Automóvel	38.203.759,40	3.201.435,14	-990.594,32	40.414.600,22
Responsabilidade Civil	21.398.915,16	1.642.711,60	-1.040.690,24	22.000.936,52
Outras Coberturas	16.804.844,24	1.558.723,54	50.095,92	18.413.663,70
Marítimo e Transportes	139.315,32	6.584,24	-160.519,89	-14.620,33
Mercadorias Transportadas	149.033,51	11.625,15	74.310,44	234.969,10
Responsabilidade Civil Geral	1.815.707,59	146.156,52	-2.202.542,32	-240.678,21
Crédito e Caução	2.883.620,22	17.711,96	-3.712.308,45	-810.976,27
Proteção Jurídica	55.872,10	260.817,26	8.242,76	324.932,12
Diversos	639.948,05	-6.398,61	-875.780,18	-242.230,74
Resseguro Aceite				0,00
TOTAL	68.970.988,06	5.361.522,20	999.985,79	75.332.496,05

Anexo 3.2.

(2014)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações (1)	Montantes pagos – custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	15.380.282,76	1.332.421,69	3.698.798,36	20.411.502,81
Incêndio e Outros Danos	10.225.067,50	643.738,62	-994.772,91	9.874.033,21
Automóvel	36.594.886,43	4.137.909,12	-54.256,84	40.678.538,71
Responsabilidade Civil	21.250.418,42	2.083.758,42	-1.387.411,76	21.946.765,08
Outras Coberturas	15.344.468,01	2.054.150,70	1.333.154,92	18.731.773,63
Marítimo, Aéreo e Transportes	472.582,01	36.807,10	36.343,59	545.732,70
Responsabilidade Civil Geral	583.030,35	187.986,33	931.969,44	1.702.986,12
Crédito e Caução	816.859,53	163.322,87	-844.348,19	135.834,21
Proteção Jurídica	62.496,16	331.674,62	78.534,38	472.705,16
Assistência				0,00
Diversos	11.270,61	19.879,01	659.365,15	690.514,77
TOTAL	64.146.475,35	6.853.739,36	3.511.632,98	74.511.847,69
Resseguro Aceite				0,00
TOTAL GERAL	64.146.475,35	6.853.739,36	3.511.632,98	74.511.847,69

Discriminação de alguns valores por ramos

Anexo 4.1.

(2015)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Custos com sinistros
Seguro Direto	99.996.910,96	99.420.954,58	75.332.496,05	26.261.679,33	-8.152.933,24
Acidentes e Doença	25.581.058,31	25.630.166,06	27.485.060,06	6.467.972,64	-860.628,57
Acidentes de Trabalho	22.116.448,45	22.256.007,24	26.162.051,88	5.435.821,93	-163.189,09
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	2.441.057,96	2.466.407,65	780.655,04	616.770,45	-319.563,52
Doença	1.023.551,90	907.751,17	542.353,14	415.380,26	-377.875,96
Incêndio e Outros Danos	15.341.993,74	15.133.972,21	8.181.440,09	3.229.578,74	-4.396.753,52
Automóvel	52.802.091,21	52.422.391,68	40.414.600,22	14.503.829,38	86.826,15
Responsabilidade Civil	31.199.132,94	30.903.846,72	22.000.936,52	7.857.478,56	158.611,90
Outras Coberturas	21.602.958,27	21.518.544,96	18.413.663,70	6.646.350,82	-71.785,75
Marítimo e Transportes	327.840,47	325.531,32	-14.620,33	32.481,09	-244.523,22
Mercadorias Transportadas	613.897,03	611.594,74	234.969,10	107.144,24	-253.966,02
Responsabilidade Civil Geral	3.971.306,78	3.843.289,52	-240.678,21	963.156,16	-1.218.898,08
Crédito e Caução	477.993,35	557.561,31	-810.976,27	133.030,03	-980.726,69
Proteção Jurídica	757.036,07	770.699,90	324.932,12	813.111,38	0,00
Diversos	123.694,00	125.747,84	-242.230,74	11.375,67	-284.263,29
Resseguro Aceite					
TOTAL	99.996.910,96	99.420.954,58	75.332.496,05	26.261.679,33	-8.152.933,24

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

Anexo 4.2.

(2014)

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto	92.050.971,14	90.850.746,67	74.511.891,71	25.249.476,57	-3.051.594,05
Acidentes e Doença	21.420.292,91	21.067.043,20	20.411.502,81	5.279.520,61	-624.197,61
Acidentes de Trabalho	18.925.484,63	18.664.241,63	19.913.731,21	4.699.239,06	-183.396,59
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	2.358.650,50	2.266.643,79	469.482,75	551.223,42	-343.410,81
Doença	136.157,78	136.157,78	28.288,85	29.058,13	-97.390,21
Incêndio e Outros Danos	13.976.337,19	13.826.521,52	9.874.033,21	3.336.715,01	-1.701.689,95
Automóvel	49.596.368,64	48.959.504,36	40.678.538,71	14.187.557,95	-171.776,38
Responsabilidade Civil	29.367.317,13	29.195.929,03	21.946.765,08	7.601.319,77	-178.016,04
Outras Coberturas	20.229.051,51	19.763.575,33	18.731.773,63	6.586.238,18	6.239,66
Marítimo e Transportes	318.794,11	319.435,72	4.470,98	31.478,40	-179.805,35
Mercadorias Transportadas	662.857,58	659.435,76	541.305,74	141.776,55	42.114,69
Responsabilidade Civil Geral	3.494.065,98	3.324.461,87	1.702.986,12	923.918,33	-225.520,99
Crédito e Caução	1.697.563,52	1.784.277,76	135.834,21	481.471,28	-948.391,17
Proteção Jurídica	762.329,78	783.008,03	472.705,16	811.371,54	15,84
Diversos	122.361,43	127.058,45	690.514,77	55.666,90	757.656,87
Resseguro Aceite					
TOTAL	92.050.971,14	90.850.746,67	74.511.891,71	25.249.476,57	-3.051.594,05

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **MAPFRE Seguros Gerais, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 218.745.567,22 euros, e um total de capital próprio de 68.480.743,99 euros, incluindo um resultado líquido de 547.457,63 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3 916 000 Euros - Pessoa
Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na
O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º
20161489

Matriculada na Conservatória do
registo Comercial de Lisboa sob o
N.º PT 502 161 078

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **MAPFRE Seguros Gerais, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 11 de Março de 2015, sem reservas e sem ênfases. A nossa aceitação como revisores ocorreu em 23 de Abril de 2015, para efectuarmos a revisão legal das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.





Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2016

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal preparou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2015, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e propostas apresentados pela Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A
2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.
3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG, SROC ocorreu, apenas em 26 de Fevereiro de 2016, depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter efetuado os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2015 da MAPFRE Seguros Gerais, S. A., tendo emitido a Certificação Legal de Contas sem Reservas e com uma Ênfase com data de 22 de março de 2016.
4. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da MAPFRE Seguros Gerais, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados à KPMG os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários.



5. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à Companhia, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.
6. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da MAPFRE Seguros Gerais, S.A. durante o exercício de 2015.
7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, abaixo identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais de 2015, a Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados da MAPFRE Seguros Gerais, S.A e que o Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da MAPFRE Seguros Gerais, S.A.
8. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
 - b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
 - c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:



- Que o resultado líquido do exercício, no montante de € 547.457,63 (quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e sessenta e três cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Incorporação em Reserva Legal do montante de € 54.745,76;
- Incorporação em Reservas Livres do montante de € 492.711,87.

d) Nos termos do Art.º 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 22 de Março de 2016

O CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E CONTAS MAPFRE - SEGUROS GERAIS, S.A. 2015

MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tels.: +351 210 739 283
707 102 024
mapfre.pt